

Espectáculo Uma ópera com um anjo a pairar para celebrar o 25 de Abril no Teatro Aberto **PÁGS. 28-29**



Festival Cannes evoca a Resistência Francesa
PÁG. 30



GERARDO SANTOS

Denúncia

Vítor Nunes
"Fui vítima de um assassinato de carácter"

Três anos depois de ter denunciado 15 casos de alegadas más praticas clínicas no Hospital Amadora-Sintra - e de ter sido ele próprio acusado de "bullying" -, o médico cirurgião quebra o silêncio em entrevista ao DN, para "recuperar a verdade e a honra".

PÁGS. 10-13



PSD

Moção de Luís Montenegro recusa governar com Chega ou com PS

PÁG. 6

Odair Moniz

MP pede condenação por homicídio para polícia

PÁG. 9

Base das Lajes

Rangel afasta "problema" com os EUA e ataca PS

PÁG. 7

Irão

Pingue-pongue de propostas de paz enquanto Trump suspende ataque militar

PÁGS. 20-21

Legislativas

PAICV vence em Cabo Verde: "A democracia saiu robustecida"

PÁG. 25

Futebol
O "Special One" ainda pesa nas grandes decisões

PÁG. 26



Guerra provoca subida dos juros da dívida de França e Itália. Em Portugal efeito é mais contido

MÉDIO ORIENTE Banqueiros centrais e ministros das Finanças das sete maiores economias, o grupo G7, reunidos ontem e hoje em Paris para alinharem um plano de ação face à crise global iminente. França e Itália passaram de 3,3% para 4% na dívida a dez anos. **PÁG. 16**



Editorial

Leonídio Paulo Ferreira

Diretor adjunto do Diário de Notícias

Cabo Verde de esperança

Estava a olhar para os resultados eleitorais em Cabo Verde, para como uma vez mais a democracia ali funcionou, e recordei-me de uma entrevista a Abdulrazak Gurnah, o escritor tanzaniano que ganhou o Nobel. O assunto era a África Oriental, e acabei, numa pergunta, por afirmar que, dada a sua história, esta era “provavelmente mais complexa do que a África Ocidental”. Gurnah percebeu depois que, no fundo, eu referia-me ao facto de a costa africana do Índico ter laços antigos com a Arábia, a Índia e até a China, e portanto a colonização europeia ter ali deparado com realidades diferentes das encontradas no Golfo da Guiné, mas mesmo assim aproveitou, e bem, para me falar da enorme diversidade da África Ocidental, que no fundo contribuiu para a enorme diversidade da própria África no seu todo. No fundo, o autor de livros como *Paraíso* não negou a complexidade da sua região de origem, ele que nasceu em Zanzibar e tem antepassados árabes. Quis foi salientar a complexidade do continente que as potências europeias repartiram entre si numa conferência em finais do século XIX, em Berlim, traçando fronteiras com régua e esquadro, à margem dos povos.

“Bem, em termos de populações locais, a África Ocidental é também extremamente complexa. Quem pensar que todos os países são semelhantes, está enganado. Se pegar em qualquer país, qualquer país, a maioria dos países da África Ocidental foram criados a partir de ou para conveniência colonial. Todas essas fronteiras, na verdade, albergam povos diversos, com línguas diferentes e religiões diferentes. Um país como a Nigéria tem provavelmente dezenas de línguas diferentes, para não falar dos vários grupos étnicos. Assim, o que pode parecer homogéneo, na verdade, não é. Estas diferenças entre, digamos, as pessoas de Camarões, as que vivem no litoral e as que vivem nas terras altas, a diferença entre elas pode muito bem ser como entre os europeus e os africanos, porque se con-



ORLANDO ALMEIDA/GLOBAL IMAGES

sideram completamente diferentes. Foi apenas no sentido moderno que a ideia de uma identidade africana se tornou algo que as pessoas abraçaram. Antes do período da descolonização, as pessoas viam-se como separadas até dos seus vizinhos. É como Portugal e Espanha. Durante séculos, vocês veem-se como entidades separadas, mas para o resto do mundo, a Península Ibérica, é como se fossem iguais, ou algo do género”, disse Gurnah.

Que têm as palavras de Gurnah que ver com as eleições legislativas em Cabo Verde, das quais saiu vencedor o PAICV, que estava na oposição? Primeiro que tudo, permitam salientar a especificidade histórica cabo-verdiana, um arquipélago desabitado quando no século XV os portugueses lá chegaram. Um país que foi de início entreposto do tráfico de escravos, uma nação que surgiu lentamente da miscigenação. Um Estado moderno que nunca renunciando ser africano, assumiu uma vocação

de abertura ao mundo, na sua cultura, mas também através da sua diáspora na Europa e nas Américas; em segundo lugar, porque politicamente Cabo Verde não se deixa limitar por aquilo que visto de fora parece ser a regra em África, e não só a Ocidental: líderes que se eternizam no poder ou golpes militares que se sucedem. A democracia há décadas que ali funciona, e tem passado sempre com sucesso o teste da alternância. Como agora. Como contou a Lusa, ainda antes do discurso de vitória de Francisco Carvalho, o seu rival Ulisses Correia e

“

No IDH das Nações Unidas, Cabo Verde surge como o primeiro dos PALOP.”

Silva, presidente do MpD e primeiro-ministro cessante, já tinha reconhecido a derrota e felicitado o líder do PAICV.

O PAICV, que chegou a ser partido único e é um ramo desse PAIGC que lutou contra o colonialismo português em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, volta assim a assumir os destinos do pequeno país de 600.000 habitantes, um conjunto de ilhas áridas cujas grandes riquezas são o mar e o engenho do seu povo. Há sempre aperfeiçoamentos a fazer no funcionamento democrático, mesmo que Cabo Verde seja uma das nove democracias de África (segundo o Democracy Index, da *Economist*) mas o maior desafio é continuar o desenvolvimento, elevando o nível de vida da população. No Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, Cabo Verde surge como o primeiro dos PALOP e entre os dez primeiros da África Subsariana.

Comecei por citar um escritor. Acabo citando outro, o cabo-verdiano Mário Lúcio de Sousa. Também é músico. E já foi ministro da Cultura. Numa entrevista em tempos sobre o que tem sido o caminho de Cabo Verde, respondeu-me assim: “Imaginem um lugar onde não havia um assentamento populacional com expressão e esse mesmo lugar, cinco séculos depois tem um povo, um Estado, um passaporte, um governo, uma bandeira. É um sucesso. É um país que já chegou a perder um terço da população devido à fome em alguns lugares, é um país que em 1975 tinha 75% da população analfabeta e que meio século depois da independência está acima dos 90% de população alfabetizada e pertence aos países em vias de desenvolvimento. Ou seja, é um país de desenvolvimento médio, já deixou de ser um país pobre”.

O próximo governo sabe que ainda há muito a fazer, e que o essencial parte dos próprios cabo-verdianos, mas a comunidade internacional deve continuar a apoiar este admirável Cabo Verde. E Portugal, em especial, deve fazê-lo com um sentido de responsabilidade e solidariedade muito forte. Pela história em comum.

DN

Global Media Group

19.5.2026

Direção Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Nuno Vinha (Diretores Adjuntos) **Editores executivos** Carlos Ferro, Cecília Carmo, Helena Tecedeiro, Margarida Vaqueiro Lopes e Pedro Sequeira **Editores executivos adjuntos** Ricardo Simões Ferreira e Rui Frias **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Cândia e Leonardo Ralha **Editores** Carla Alves Ribeiro (Cultura), Carlos Nogueira (Desporto), Nuno Braga (Economia) e Sofia Fonseca (Online) **Redatores** Adelaide Cabral, Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Carla Aguiar, Caroline Ribeiro, César Avó, David Pereira, Frederico Bártolo, Isaura Almeida, Luís Reis Ribeiro, Nuno Tibiriçá, Rute Simão, Sónia Santos Pereira, Susana Salvador, Susete Henriques, Tomás Gonçalves Pereira e Vítor Moita Cordeiro **Arte** Fernando Almeida, Filipa Rodrigues e Susana Gonçalves **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) **DN Brasil** Amanda Lima (Editora), Nuno Tibiriçá **Fotografia** Reinaldo Rodrigues (Editor), Gerardo Filipe Santos, Leonardo Negrão e Paulo Spranger **Inovação & Novos Projetos** Sábina Estreia **Redes Sociais** Carolina Lorena **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Frederico Bártolo, Leonardo Ralha, e Luís Reis Ribeiro **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Sede:** Rua Tomás da Fonseca, Torre E - 3º Andar 1600-209 Lisboa **Morada da Redação** Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º - 1250-166 Lisboa **Tel.:** 213187679. **Fax:** 213 187 515. **Publicidade:** 213 187 500. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de dezembro 2025: 6 084 exps.

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos
apct

20 · 21 · 27 · 28
JUN



PARQUE TEJO
LISBOA

20 JUN

PALCO MUNDO

KATY PERRY

CHARLIE PUTH

PEDRO SAMPAIO

CALEMA

PALCO MUSIC VALLEY

ALOK

AUDREY NUNA

NENA · MANINHO

PALCO SUPER BOOK

BEBE REXHA

BARBARA BANDEIRA

NAPA

SOFIA CAMARA

21 JUN

PALCO MUNDO

LINKIN PARK

CYPRESS HILL

THE PRETTY RECKLESS

GRANDSON

PALCO MUSIC VALLEY

SEPULTURA

P.O.D. · THE KID

COLOSSEUM

E OREO · NEGRA · DEALEMA

PALCO SUPER BOOK

KAISER CHIEFS

HOOBASTANK

BLASTED MECHANISM

TARA PERDIDA

27 JUN

PALCO MUNDO

ROD STEWART

CYNDI LAUPER

SHAGGY

4 NON BLONDES

PALCO MUSIC VALLEY

XUTOS & PONTAPÉS

GNR · UHF · JAFUMEGA

PALCO SUPER BOOK

JOSS STONE

BELO

THE WAILERS

SYRO

28 JUN

PALCO MUNDO

21 SAVAGE

CENTRAL CEE

REMA

MATUÊ

PALCO MUSIC VALLEY

FILIFE RET

DENNIS · CARLÃO

IRINA BARROS

PALCO SUPER BOOK

LOLA ÍNDIGO

CEELO GREEN

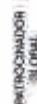
VALETE · KARETUS

COMPRA
AGORA!



MAIS INFORMAÇÕES EM

ROCKINRIOLISBOA.PT





A
figura
do
dia

Luís Osório

A morte do Boavista

Penso muitas vezes no Boavista. No que sentem os boavisteiros, na orfanidade de alguém que nasceu e cresceu com um clube e deixa de poder gritar golo, de sofrer aos fins-de-semana, de pensar nos jogadores e adversários quando vai passear o cão ou antes de adormecer, de comprar o jornal ou ver as notícias no telemóvel à espera de novidades. Não é um clube qualquer, fez ontem 25 anos que foi campeão nacional, lembram-se?

O Boavista tem muitos milhares de adeptos. Ainda se reúnem para desabafar, procurar soluções e abraçarem-se. Talvez seja mais fácil de entender se nos pusermos no seu lugar, imagine se fosse com o Benfica, com o FC Porto ou com o Sporting?

O que fariam ao amor que não pode ser transferido para mais lado algum? Seria como na pandemia, o futebol ou o desporto ficaria em pausa, mas para sempre, como um vírus que nos obriga a partir para uma outra viagem ou a enfrentar o deserto à procura de um oásis.

Nasceu em 1903, há bem mais de um século. Uma família inglesa, dona de uma fábrica têxtil, desafiou os empregados a inscreverem-se para jogar à bola, o que era uma excentricidade. Uns anos depois, os operários revoltaram-se por desejarem ver os jogos que os ingleses insistiam em marcar para os sábados, dia de trabalho. O Boavista nasceu dos patrões, mas foi tomado pelos trabalhadores. Uma metáfora para que ninguém desista da luta. Em nome da história, das noites gloriosas do Bessa, dos jogadores que ali foram formados, o Bruno Fernandes, o João Vieira Pinto, o Nuno Gomes, o Petit e tantos outros. A morte não pode ser uma opção.



OLHAR

O antigo guitarrista dos Queen, Brian May (à esq.) e a baronesa e membro da Câmara dos Lordes, Floella Benjamin, posam com gnomos de jardim no King's Foundation Curious Garden, durante a apresentação do RHS Chelsea Flower Show 2026, que decorre de hoje até dia 23. Considerado uma das mais prestigiadas apresentações de *design* de jardins a edição deste ano tem em destaque exposições de plantas raras e novas variedades de rosas apresentadas especialmente para o evento.

FOTO EPA/ANDY RAIN



E se não for bem assim? João Oliveira

Quando os liberais tropeçam no aço alemão

Os liberais e neoliberais que repetitivamente nos vendem as patranhas do mercado livre e da União Europeia (UE) como construção baseada em Estados e povos tidos como iguais vêm agora dizer-nos que afinal o mercado não pode funcionar livremente e que há uns mais iguais que os outros quando se trata de proteger o aço alemão.

Na verdade, na verdade, não nos dizem nada disso porque não têm coragem de o dizer mas o caso é claro.

O assunto em causa é o aço.

Há neste momento preocupação com a importação de aço vindo da China a preços mais baixos do que aquele que é produzido no espaço da UE.

Identifica-se o risco de a concorrência livre destruir capacidade produtiva do setor siderúrgico de vários estados-membros.

Face àquele risco propõem-se medidas proteccionistas do “aço

européu”, incluindo a aplicação de taxas alfandegárias ou a obrigatoriedade de aquisição de aço dentro da UE para substituir a importação de países terceiros.

A Alemanha detém 30% da produção do aço na UE, a Itália outros 27%.

Não o dizendo, liberais e neoliberais

“

Não o dizendo, liberais e neoliberais assumem, afinal, que nem sempre estão dispostos a deixar funcionar livremente o mercado”.

berais assumem, afinal, que nem sempre estão dispostos a deixar funcionar livremente o mercado. Quando há grandes grupos económicos/grandes potências envolvidos(as), o poder desses grupos/potências legitima a criação de distorções ao livre funcionamento de mercado à medida da necessidade da sua protecção.

Mas apenas quando há grandes grupos económicos ou grandes potências envolvidos(as). Se se tratar de empresas ou Estados de menor dimensão, o caso já não é esse.

Quando estão em causa sectores industriais de países como Portugal nunca há espaço para medidas de protecção. Se estiver em causa a produção industrial portuguesa em sectores como têxtil, automóvel, cerâmico, vidro ou de material eléctrico, por exemplo, vale o mercado livre e a globalização. Se a consequência for a destruição da capacidade produtiva portuguesa, paciência.

De resto, foi assim que a UE e sucessivos governos nacionais, orientados (ambos) pelas concepções liberais e neoliberais, conduziram Portugal à situação de desindustrialização de que hoje sofremos.

Ao contrário, quando estão em causa os interesses dos grupos económicos da siderurgia alemã, aqui d'el rei, já não pode ser. Elá aparece então as distorções do mercado livre para evitar a destruição da capacidade produtiva e proteger os sectores produtivos.

A este primeiro “enferrujamento” do neoliberalismo acrescenta-se outro. É que para proteger a siderurgia alemã está-se a desproteger a indústria transformadora.

Quem for obrigado a comprar à Alemanha o aço mais caro do que compra hoje a outros fornecedores verá aumentar os seus custos de produção. A consequência é o aumento de preços em cadeia ou problemas de escoamento da produção.

Esse preço será tão mais pesado quanto mais difíceis forem, já hoje, as condições para a produção industrial em cada país.

Não é difícil antever consequências negativas para Portugal. Mas certo, certo é que os mercados quando nascem não são para todos...

Eurodeputado

Escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico



Direito das Gentes Ana Rita Gil

Isto não é uma detenção. É uma retenção

Imagine que é uma mulher do Congo, idosa, desorientada, chegada a um país novo. Veio porque alguém lhe prometeu que ali poderia viver em segurança. Mas faltavam-lhe papéis. É então encerrada numa sala no aeroporto, trancada a sete chaves, e ali fica dois meses. “Não está detida”, dizem-lhe.

Lembro-me bem desta mulher, há uns anos, quando fazia visitas aos EECIT [Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária]. Lembro-me de como se queixava, por gestos, de que a comida de avião lhe fazia mal. Lembro-me do barulho da porta de metal, da tranca a dar muitas voltas, e de a deixarem ali sozinha, afastada, longe da vista. Foi uma das histórias que mais me marcou na minha passagem pelo Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura. E contrastava de forma frustrante com o tom autoritário das autoridades: “Os estrangeiros no EECIT não estão detidos. Estão re-ti-dos!” Sublinhavam cada sílaba como se assim se apagasse a desumanidade testemunhada.

Nas várias formações que dou em matéria de direitos humanos, aparece de vez em quando um “negacionista” deste tipo. Não se detêm migrantes; as pessoas ficam retidas. É falso que os advogados tivessem dificuldades de acesso a esses espaços. Não se detêm crianças. O tom é sempre o mesmo: não é assim, não aconte-

“

Privação de liberdade, seja em EECIT [Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária], seja na prisão da Carregueira, é detenção. Se é praticada por autoridade portuguesa, está sob jurisdição portuguesa, esteja a pessoa na esquadra do Rato ou em mar alto”.

ce. Repetem-no como um mantra, mesmo perante quem trabalhou no terreno e escreveu relatórios publicamente disponíveis.

É cada vez mais importante chamar as coisas pelos nomes, sobretudo quando se aproxima a aplicação do polémico Pacto Europeu de Imigração. Este introduz um processo de triagem de migrantes na fronteira que pode durar até 18 semanas, impedindo a entrada no país. Diz-se que isso não implica necessariamente “detenção”. Tenho muito receio desta fórmula, porque pode ser deturpada pelos eufe-

mistas do costume. Ainda não percebi onde ficarão estas pessoas e receio que venham precisamente a ficar nos EECIT, privadas da liberdade. Se assim for, então têm de ser tratadas como aquilo que efetivamente são: pessoas detidas por autoridades portuguesas.

Ora, a Constituição exige controlo judicial da detenção. Mas foge-se a isso através de uma ficção: a pessoa ainda não entrou no território e, por isso, embora sujeita às ordens das autoridades portuguesas, não beneficia plenamente das garantias constitucionais, entre elas o art. 27.º.

Como jurista de direitos humanos, sou muito avessa a eufemismos e ficções que servem para afastar garantias constitucionais. Chamar as coisas por outro nome, “fazer de conta que”, são soluções que a História já mostrou serem perigosas. Privação de liberdade, seja em EECIT, seja no Estabelecimento Prisional da Carregueira, é detenção. Se é praticada por autoridade portuguesa, está sob jurisdição portuguesa, esteja a pessoa na esquadra do Rato ou em mar alto. Logo, aplica-se a Constituição portuguesa. O resto são histórias que me podem contar as vezes que quiserem, mas nunca me vão convencer.

*Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Investigadora do Lisbon Public Law*



Fazer o que ainda não foi feito Mariana Leitão

O preço de uma convicção

Existe em Portugal uma convicção antiga, que atravessa partidos e gerações, e que nunca foi verdadeiramente confrontada com a realidade que produziu: o Estado é por definição mais justo do que o mercado, gerir mal com boas intenções é preferível a gerir bem com fins lucrativos e o lucro é em si mesmo uma forma de suspeita moral que contamina qualquer organização que o persiga.

Esta convicção tem raízes numa tradição que desconfia da riqueza e vê o mercado como exploração, e numa herança política que foi substituindo a avaliação de resultados pela pureza declarada das intenções, tratando a prestação de contas como uma imposição ideológica em vez de uma condição básica de respeito pelos cidadãos que pagam.

A realidade, porém, tem uma forma persistente de não se dobrar às crenças.

O setor público empresarial português conta com mais de 300 entidades entre o Estado, as regiões autónomas e os municípios. É um universo que inclui hospitais e transportes, como seria de esperar, mas também empresas de produção de vinho, de cruzeiros, de caça e lazer florestal e de criação de cavalos, financiadas pelo mesmo contribuinte, sem que ninguém tenha estabelecido um critério claro sobre o que o Estado deve ou não deve fazer com o dinheiro de todos.

O resultado financeiro deste conjunto é negativo

de forma estrutural e persistente, com os custos a crescerem consistentemente mais depressa do que as receitas. Quando se confronta este desempenho com a convicção que o sustenta, a resposta é sempre a mesma: o problema é o subfinanciamento, nunca a gestão, nunca o modelo, nunca a decisão de manter aberto o que devia fechar.

Esta lógica estende-se até à forma como o setor presta contas, ou melhor, não presta. Mais de metade das empresas públicas do Estado terminaram o ano passado sem ter os relatórios de contas do ano anterior aprovados pela tutela, o que significa que o próprio Estado, enquanto acionista, não sabe ao certo o que se passa em organizações que financia com dinhei-

ro de todos. O ciclo recomeça sem que ninguém tenha sido chamado a explicar o que se passou no anterior, porque mesmo quando a informação existe, não produz avaliação, e mesmo quando há avaliação, não produz consequências. É o ambiente natural de um sistema construído para se perpetuar.

O preço desta convicção é pago por cada contribuinte que financia, ano após ano, perdas que oficialmente não são de ninguém em particular, tomadas por pessoas imunes a qualquer avaliação, em organizações que nunca foram chamadas a justificar o que fizeram com o dinheiro de todos. Não há responsável, não há consequência, porque reconhecê-los implicaria admitir que o modelo falhou, e essa é precisamente a admissão que a convicção foi construída para tornar impossível.

A solução não passa por destruir o setor público nem por privatizar tudo indiscriminadamente. Passa por fazer uma pergunta simples que este país sistematicamente recusa fazer: para que serve cada uma destas mais de 300 entidades, quem avalia se está a cumprir esse propósito e o que acontece quando não cumpre. É uma pergunta incómoda porque a resposta obrigaria a agir, e agir obrigaria a admitir que a convicção que durante décadas justificou este modelo estava, afinal, errada.

“

O próprio Estado, enquanto acionista, não sabe ao certo o que se passa em organizações que financia com dinheiro de todos”.

Presidente da Iniciativa Liberal

Moção de Luís Montenegro recusa governar com Chega ou com PS

PSD Líder social-democrata será reeleito para um terceiro mandato com promessas de “coragem reformista e ambição responsável” num ciclo “sem eleições no horizonte”. Estratégia inclui mexer na contratação pública, manter política de imigração e esquecer a revisão constitucional.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

A moção ‘Trabalhar - Fazer Portugal Maior’, com a qual Luís Montenegro se candidata a um terceiro mandato de presidente do PSD, nas eleições diretas de 30 de maio, promete transformar Portugal, “a olhar para as gerações vindouras”, mas também recusa qualquer acordo de governação com Chega ou PS.

“O sentido do ‘não é não’ ao Chega é o mesmo do ‘não ao bloco central’ com o PS”, lê-se no documento, entregue na tarde de ontem pelo primeiro-ministro na sede nacional do PSD, em Lisboa. Tal como era esperado, mais ninguém cumpriu o prazo para se candidatar, pelo que a reeleição está garantida.

A moção deixa claro que a recusa de acordos de governação “não pode nem deve significar rejeição

de diálogo e negociação política”, restando a “óbvia demonstração do absurdo” que é falar de cercas sanitárias quando os maiores partidos da oposição “não têm excluído dialogar entre si e coligarem-se pontualmente contra os partidos que suportam o Governo”.

Realçando que, “sem eleições no horizonte, é-nos exigida coragem reformista e ambição responsável”, a moção afirma que “os portugueses estão manifestamente cansados de eleições intercalares e querem que todos mostrem o que valem”. Para que, no final da legislatura - nenhuma conseguiu ir até ao fim desde 2019-, Governo e oposição “sejam julgados pelo seu desempenho”.

Constituição fica de fora

Excluída da moção fica a revisão constitucional, prioritária para o

Chega, Iniciativa Liberal e CDS. Não existe uma única menção nas 27 páginas do documento, reforçando a perceção de falta de vontade do PSD em tirar partido da maioria de dois terços de deputados à direita do PS.

A moção deixa claro que a recusa de acordos de governação “não pode nem deve significar rejeição de diálogo e de negociação política” com os partidos da oposição.

Pelo contrário, a moção dá ênfase à igualdade de oportunidades na Educação e à presença do digital e da inteligência artificial “no currículo e no coração da política educativa”. No que diz respeito à Saúde, de fende-se que o país “pre-

Luís Montenegro defende uma Administração Pública “com menos controlo prévio e mais responsabilidade posterior”, tal como o Governo pretende fazer no Tribunal de Contas.

cisa de sair de uma cultura excessivamente centrada na urgência e avançar para uma cultura de acompanhamento, prevenção e gestão integrada da doença”.

Para “desbloquear Portugal”, Luís Montenegro defende uma Administração Pública “com menos controlo prévio cego e mais responsabilidade posterior”, tal como o Governo pretende fazer com as alterações legislativas no Tribunal de Contas. Ainda sobre a contratação pública, aponta-se a necessidade de “sermos mais rápidos e eficazes, reforçando a transparência, para podermos executar em tempo útil as obras e prestarmos os serviços que a sociedade espera do Estado”. Com a garantia de que “a descentralização e a desconcentração devem ser aprofundadas”.

Na Imigração, sem novidades, Montenegro defende “um país aberto e humanista, mas também com regras claras de entrada de imigrantes e capacidade administrativa para decidir”. E com uma política que “deve assentar num equilíbrio firme” de garantir que é um “fator de desenvolvimento, coesão e renovação demográfica, e não resultado de abandono administrativo”.

Também não são esquecidas a vocação marítima de Portugal, a importância da agricultura para a soberania alimentar e valorização do território, as universidades e politécnicos como motores de desenvolvimento, o aumento da atratividade de investimento direto estrangeiro e as infraestruturas. Como o “indispensável” novo aeroporto de Lisboa e os investimentos na alta velocidade ferroviária.

Enquanto a situação na Ucrânia e no Médio Oriente demonstra que “depende de combustíveis fósseis importados fragiliza economias, expõe sociedades a choques externos e limita a liberdade de ação das democracias”, a moção defende a aposta nas energias renováveis que tem de resultar em energia mais barata para empresas e famílias.

Montenegro também defende o reforço da influência na Europa e no Mundo, com a valorização da língua portuguesa e das relações transatlânticas, “liderando e facilitando negociações com regiões estratégicas” ou tornando-se “um hub de energias renováveis, de cabos submarinos, de logística atlântica e de investigação oceânica”. Sem esquecer uma “postura ativa e ambiciosa na construção da Europa do futuro”.



Líder do PSD desde 2022, Montenegro entregou a moção com que vai a votos.

GERARDO SANTOS



O Ministério dos Negócios Estrangeiros garantiu que “o pedido a Portugal para utilização da Base das Lajes só foi feito já depois do ataque ao Irão”.

Rangel afasta “problema” com os EUA e ataca PS

BASEDASLAJES Ministro está disposto a ir ao Parlamento esclarecer posição de Portugal face aos Estados Unidos e garante, condenando as críticas socialistas, que o PS é que “tem de dar explicações”.

TEXTO VÍTOR MOITA CORDEIRO

As palavras do secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, – que numa visita à China, na semana passada, sobre a utilização da Base das Lajes, garantiu que Portugal “disse que sim” ainda antes da administração Trump ter explicado qual era o assunto – continuam a ecoar sobre o Governo português, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, a garantir ontem que “não foram ditas literalmente”. De qualquer forma, esclarece o governante, “uma coisa é a situação até ao início do ataque” ao Irão, a 28 de fevereiro, “outra coisa é a situação depois do ataque”.

Sobre o PS, que criticou o desfasamento entre as palavras de Rubio e o esclarecimento anterior do Governo português, Pau-

lo Rangel condenou “veementemente a forma como” como o secretário-geral do partido, José Luís Carneiro, e o líder parlamentar, Eurico Brilhante Dias reagiram e considerou que esta bancada é que deveria “dar explicações” ao Parlamento - recorde-se que Brilhante Dias descreveu Portugal como “um país de cócoras” perante os Estados Unidos, após as declarações de Rubio.

O ministro dos Negócios Estrangeiros questionou ainda, retoricamente, “por que é que” José Luís Carneiro “mudou a sua posição”. “Porque o senhor secretário-geral do Partido Socialista tinha dito no Parlamento, logo na primeira semana de março, que concordava com os termos da autorização que foi dada”, atirou, apresentando argumentos para

desviar o foco da discussão da posição do Governo.

“Estou disponível, se isso for possível de acordo com as regras do Parlamento, para ir na quarta-feira [20 de maio], que é antes do início de junho – é a

Rangel, apesar de se mostrar disponível para ser ouvido na AR, ainda não deverá prestar declarações esta semana, tendo em conta que o pedido de audição do PS só será votado no dia 26.

única data que eu tenho – e vou dizer uma coisa: vou fazer essa sessão à porta aberta. Porque, quanto à questão que está em causa, não há nenhum elemento de confidencialidade”, assegurou Paulo Rangel, depois de reforçar que as palavras de Marco Rubio “não foram ditas literalmente”.

No entanto, Rangel não deverá ser ouvido amanhã no Parlamento, porque o pedido de audição do PS e a proposta de comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre a utilização da Base das Lajes por parte dos Estados Unidos avançada pelo PCP só serão votados no dia 26 de maio na Comissão de Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas. Também o BE pediu uma CPI para o mesmo efeito.

“Mas, independentemente disso, mesmo que fosse [literais as palavras de Marco Rubio], não há nenhuma acrimónia, porque está tudo claro. Uma coisa é a situação até ao início do ataque, outra coisa é a situação depois do ataque. Chamo a atenção para [o facto de] que todos os países da Europa, sem exceção, até ao dia 27 de fevereiro, que é o dia anterior ao ataque, tinham a mesma doutrina de Portugal quanto ao uso das suas bases”, lembrou o ministro.

Também ontem, José Luís Carneiro foi confrontado com as acusações de Paulo Rangel, não tendo adiantado muito para além de considerar que “ele [Rangel] vai poder responder no Parlamento às perguntas que lhe vão ser feitas”, observou.

No entanto, a posição de Carneiro não será consensual dentro do PS, considerando as declarações do eurodeputado socialista Francisco Assis ao Observador, que criticou as declarações de Eurico Brilhante Dias sobre o tema. Para Francisco Assis, é importante que o Governo justifique a posição de Portugal, mas “não é aceitável que o faça nos termos excitados e inapropriados a que incompreensivelmente recorreu” o líder Parlamentar do PS.

“O PS nunca usou uma retórica infantil e extremista para abordar temas de política externa e nunca se deixou contaminar por um radicalismo ideológico assente na rejeição da importância das relações transatlânticas”, sustentou.

Ventura pede aproximação do Governo

André Ventura, garantiu ontem, antes de dar início às jornadas parlamentares do Chega, que o partido nunca assinará “nenhuma reforma que piore, que dificulte a vida a quem trabalha e a quem, em Portugal, quer no setor público, quer no setor privado, se esforça a trabalhar”.

Questionado sobre se esta posição significa que ficará ao lado do PS numa rejeição da proposta de reforma laboral que chegará ao Parlamento, o líder do Chega afastou esta hipótese por agora.

“Estamos muito longe disso ainda. Ainda nem chegou ao Parlamento o diploma, não sabemos que diploma é esse, só pelo que temos falado e pelo que, neste caso, que eu próprio tenho falado com o primeiro-ministro”, sublinhou.

O líder do Chega deixou um pedido para que o Governo se aproximasse da posição do partido, argumentando que, “para haver alguma coisa a abdicar é preciso primeiro haver vontade de negociar”.

Ventura lembrou ainda que “o Governo optou por não dar a ninguém o conhecimento de que é que se está a falar”, pelo que não pode “depois pedir um voto ao Chega” sem se saber o que “está em cima da mesa”.



André Ventura
Líder do Chega



A lógica das Coisas Maria Manuel Leitão Marques

“Quero ver Portugal na CEE”

Era esse o refrão de uma canção de Rui Reininho que, em 1986, brincava com a adesão de Portugal à então CEE – meio confiante, meio receoso quanto ao impacto que ela teria no país. “Agora que já cá estamos vamos ter tudo o que desejamos. É tão bom estar na CEE.” Quatro décadas depois, qual o balanço?

Do que éramos antes disso, poucos hoje se recordarão. As mudanças foram surgindo de forma gradual, entranhando-se no quotidiano como se sempre tivessem estado lá. Em 40 anos na União Europeia, Portugal duplicou o PIB real, multiplicou por sete as exportações, modernizou infraestruturas (desde a água e o saneamento às comunicações), expandiu o ensino superior e tornou-se uma das economias mais abertas da Europa. A esperança de vida atingiu os 83,7 anos, o peso das energias renováveis está entre os mais elevados da UE e centenas de milhares de jovens estudaram ou trabalharam no estrangeiro através do Erasmus.

Partilhamos hoje desafios complexos com os restantes países europeus – alguns menos graves no nosso caso, como a dependência energética, e outros mais profundos, como a produ-

tividade, a demografia, a habitação e os rendimentos. Somam-se aqueles que nenhum Estado Membro conseguirá enfrentar isoladamente: as transições digital e climática, ou a necessidade de reforçar a autonomia europeia em matéria de defesa e segurança – que hoje vai muito além das armas, abrangendo também a tecnologia ou a capacidade de reduzir dependências estratégicas, por exemplo no domínio dos satélites.

Contudo, como recordou recentemente a Comissária Europeia para o Trabalho e as Competências, Roxana Minzatu, na cerimónia dos 50 anos do Instituto Universitário Europeu, todas estas transições são muito desafiantes, mas não haverá União Europeia sem o modelo social europeu.

A par da liberdade, da democracia e da paz, é este modelo social que distingue a UE do resto do mundo e a torna uma das regiões mais desejadas para viver. Se deixarmos de responder às aspirações quotidianas dos cidadãos – salários justos, emprego estável, habitação, formação ao longo da vida, conciliação entre vida pessoal e profissional, saúde e educação, proteção social e pensões dignas – dificilmente manteremos um suporte sólido ao projeto europeu. Se tudo isto for secundarizado em nome da competitividade ou da defesa, a UE arrisca-se perder a sua coesão e pôr em causa o apoio dos seus próprios cidadãos.

Quarenta anos depois da nossa adesão, a UE não tem sido apenas um seguro para a democracia, como ambicionava Mário Soares. Tem sido muito mais – no plano político, económico e social –, como se comprova em cada crise que atravessamos. Talvez não nos tenha dado tudo o que desejávamos, mas deu-nos seguramente muito mais do que teríamos se, há quatro décadas, não tivéssemos escolhido “ver Portugal na CEE”.

Ex-deputada ao Parlamento Europeu



PODER LOCAL

Governar com impacto Nuno Piteira Lopes

A transparência municipal constrói-se com proximidade

Na semana passada, Cascais foi reconhecido como o líder municipal da transparência governativa em Portugal. Do urbanismo à contratação pública, da participação dos cidadãos à celeridade e clareza dos processos administrativos, foram vários os critérios que permitiram ao nosso concelho receber esta distinção.

Num mundo mais polarizado, em que a desinformação circula sem travão nas redes sociais, as acusações de falta de transparência, ainda que sem sustento, são muito frequentes, este reconhecimento vem mostrar-nos que estamos no caminho certo. No final de contas, como acontece em tudo o que a assuntos humanos diz respeito, o mérito de um trabalho bem-conseguido e de uma governação para as pessoas acaba sempre por vir ao de cima.

Hoje, as democracias enfrentam velhos dilemas com novos semblantes. Com a quantidade avultada de informação que circula por toda a parte, os cidadãos podem ter dificuldades em acompanhar o que acontece na sua freguesia, no seu concelho e no seu país.

A todos estes níveis, a transparência na governação democrática é a chave para resolver os desafios que resultam desta nova realidade gerada. Portanto, neste âmbito, falar em transparência

não é invocar um chavão vazio, desligado das necessidades reais das pessoas. Pelo contrário.

Ao investir em transparência governativa, os municípios estão a dar aos seus cidadãos mais mecanismos para estarem a par de todas as operações financeiras e procedimentos administrativos abertos com propósitos variados. No fundo, onde há transparência, surge sempre a confiança – e cresce a proximidade.

No caso de Cascais, seja na requalificação de habitações à aquisição e construção de novos espaços verdes, de novas verbas para instituições parceiras à assinatura de protocolos com instituições locais, nacionais ou internacionais, esta aproximação entre eleitores e eleitos está-se a tornar cada vez mais clara. Com o passar do tempo, a confiança dos cidadãos vai crescendo fruto do anúncio público.

E isto não acontece por acaso. É assim porque as pessoas são envolvidas na governação do nosso município. E, de todos, este é o princípio mais importante para a promoção da transparência a nível municipal. Em Cascais, os cidadãos sabem o que está a acontecer porque, em grande parte, são eles que fazem acontecer. É isso que vemos, por exemplo, em iniciativas como o Orçamento Participativo, em que os cidadãos não se limitam a sugerir ideias. Propõem projetos que, posteriormente, acompanham e ajudam a executar.

A proximidade é o pilar mais sólido da governação local. É o alicerce que nos mostra que a transparência não está só nos dados; está, sobretudo, nas ruas e nos bairros, onde as pessoas veem as suas necessidades satisfeitas com projetos da sua autoria. É este o projeto que os municípios devem ambicionar construir.

Presidente da Câmara Municipal de Cascais e vice-presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses

“

Não haverá UE sem o modelo social europeu. A par da liberdade, da democracia e da paz, é este modelo social que distingue a UE do resto do mundo”.

“

Onde há transparência, surge sempre a confiança – e cresce a proximidade”.



Julgamento decorre em Sintra.

GERARDO SANTOS

Odair Moniz. MP pede condenação por homicídio para polícia

TRIBUNAL Acusação defendeu que “deve ser dado como não provado” que Odair Moniz estivesse munido de uma faca.

TEXTO AMANDA LIMA

O Ministério Público (MP) pediu ontem a condenação por homicídio do agente da PSP que matou Odair Moniz, considerando que o agente não agiu em legítima defesa. Durante as alegações finais do julgamento do agente da PSP Bruno Pinto, que está acusado de um crime de homicídio, o procurador do MP defendeu que “deve ser dado como não provado que Odair Moniz estivesse munido de uma faca e a tivesse usado para tentar agredir o agente”. O crime aconteceu no bairro da Cova da Moura, Amadora, em outubro de 2024, “Não existem causas que justifiquem a conduta do arguido”, referiu o procurador do Ministério Público. Acrescentando que, além da condenação por um crime de homicídio – cuja pena

está fixada entre os oito e os 16 anos –, o agente Bruno Pinto deverá ser proibido de exercer funções na PSP. Para o Ministério Público, ainda que Odair Moniz tenha resistido à detenção pelos dois agentes, chegando a agredir os polícias, não se verificou “qualquer situação de violência extrema”.

A questão da legítima defesa por parte do agente Bruno Pinto, que tem sido defendida pela defesa do polícia, não se coloca para o Ministério Público, uma vez que rejeita que Odair Moniz tenha utilizado uma faca para ameaçar os agentes. Ainda na sessão de ontem no Tribunal de Sintra, ouviu-se a última testemunha chamada a julgamento, a inspetora-chefe da PJ Cláudia Soares, que foi clara: “É a minha convicção que não existiu uma

“Esta é a minha interpretação. Se nós temos uma pessoa que está a empunhar uma arma branca, quando a vítima cai no chão, não se vê nenhuma arma branca. Depois, a faca não tem qualquer vestígio e em momento algum se ouve falar de uma faca logo no início”, disse a inspetora-chefe da PJ.

arma branca”. “Esta é a minha interpretação. Se nós temos uma pessoa que está a empunhar uma arma branca, quando a vítima cai no chão, não se vê nenhuma arma branca. Depois, a faca não tem qualquer vestígio e em momento algum se ouve falar de uma faca logo no início”, disse a inspetora-chefe, sublinhando que as câmaras de vigilância não mostram Odair Moniz a utilizar uma faca.

Cláudia Soares explicou ainda que, quando chegou ao bairro da Cova da Moura, na Amadora, onde aconteceu o crime, a equipa da Polícia Judiciária não foi informada de que existia uma faca utilizada, alegadamente, pela vítima para ameaçar os agentes da PSP, tendo encontrado posteriormente a faca durante a análise feita ao local, no chão, junto das bolsas de

Odair Moniz. Em sessão anterior, o inspetor da PJ André Mesquita disse que foram realizados três exames periciais à arma branca encontrada no local do crime. Em nenhum dos testes foram detetados vestígios de ADN, nem de droga ou impressões digitais. Segundo o inspetor, perante os resultados destas análises, concluiu-se que a faca “não foi manuseada, pelo menos sem o uso de mãos protegidas, durante um período de tempo considerável”. André Mesquita acrescentou que, caso o objeto tivesse estado na mão de Odair Moniz, “seria expectável que apresentasse, pelo menos, algum tipo de vestígio”.

Estas versões conflitam com a de agentes da PSP. Em sessões anteriores, dois agentes da PSP garantiram em tribunal terem visto uma faca junto ao corpo de Odair Moniz. “O importante ali era tentar salvar uma vida. Penso que estar a fazer comentários sobre algo que lá estivesse não ia ajudar minimamente à situação”, disse André Silva, que chegou ao bairro da Cova da Moura depois de Bruno Pinto, a ser julgado por homicídio, ter baleado duas vezes o cidadão cabo-verdiano. Uma outra agente que se deslocou com André Silva ao bairro da Cova da Moura corroborou a versão do colega, sem no entanto dar a certeza de que o objeto cortante que viu corresponde a um outro que foi apreendido no processo, com cuja fotografia foi confrontada naquela ocasião.

O julgamento

Este julgamento decorre desde outubro de 2025, aproximadamente um ano após a morte da vítima, no bairro da Cova da Moura. Recorde-se que Odair Moniz, de 43 anos, sofreu dois disparos de arma de fogo, um no tórax e outro na virilha. A morte de Odair Moniz acendeu um debate sobre violência policial e motivou uma série de protestos na Cova da Moura, que acabaram por se alastrar a outras zonas de Lisboa. Autocarros foram incendiados, sendo um deles que seguia vazio, em Loures. O motorista da Carris Tiago Cacais, ficou gravemente ferido após um artefacto explosivo ser atirado para dentro do veículo. Uma onda de solidariedade tomou o país pelo incidente que teve como vítima este trabalhador.

amanda.lima@dn.pt

Com LUSA

Vítor Nunes

“Fui vítima de um assassinato de carácter”

DENÚNCIA Três anos depois do seu nome ter passado para as páginas dos jornais como o médico do Hospital Fernando da Fonseca (Amadora-Sintra) que denunciou numa carta à diretora clínica 15 casos de má prática, o cirurgião Vítor Nunes quebra o silêncio. Em entrevista ao DN explica que está na hora de recuperar a “verdade” e “a honra”.

TEXTO ANA MAFALDA INÁCIO FOTOS GERARDO SANTOS



Responde pelo nome de Vítor Manuel Antunes Fernandes Nunes, ou tão só pelo de Vítor ou Dr. Vítor Nunes. Hoje, com 63 anos, olha para trás e reconhece ser um dos filhos de abril. “Foi graças ao 25 de abril que sou médico. Venho de uma família muito humilde e se não fosse a revolução não teria conseguido estudar”. Não é que tal interesse para o caso específico sobre o qual aceitou falar com o DN, mas, justifica, “para mim é importante, porque a minha história pessoal explica a minha cultura de exigência em toda a minha carreira”. Estudou no Liceu Gil Vicente, em Lisboa. Era bom aluno a Matemática, mas o estudo do corpo humano também o fascinava e foi Medicina que escolheu seguir. Corria a década dos anos de 1980, quando ingressou na Faculdade de Ciências Médicas, no Campo Santana. Foi um dos 110 que entraram pelos

numerus clausus, com média de 16.6. Foram seis anos de formação teórica mais o internato da especialidade no Hospital de Vila Franca de Xira, ao mesmo tempo que dava aulas no Liceu Gil Vicente e tirava um curso no Instituto de Medicina Legal, porque “sempre gostei muito da perspetiva legal das questões”. O fim do internato, coincidiu com a abertura do Hospital Fernando da Fonseca (Amadora-Sintra) e aceitou ficar como prestador de serviço, mas em 1997 integra os quadros. Como diz, foi ali que cresceu como médico e cirurgião, aprendendo com “alguns dos melhores do país”. De médico passou a diretor de serviço. Foram 13 anos, até sair e passar por aquilo que diz ter sido “um assassinato de carácter”. Agora, quer recuperar o que diz que lhe foi tirado: “A minha honra.”

Porque aceita agora falar sobre um caso que fez correr tinta e

que o deixou mal visto?

Não me deixou mal visto. Eu fui vítima de um assassinato de carácter. E a verdade não pode ser escamoteada. Hoje percebo que o meu silêncio, que foi uma escolha consciente, porque havia processos em curso em várias instituições, serviu para distorcer os factos e criar uma narrativa falsa. Achei sempre que os canais institucionais iriam dar resposta atempada e fazer justiça, mas já lá vão quatro anos. É muito tempo. E, hoje, magoa-me muito perceber que destruíram um indivíduo (eu próprio) que tinha tornado o SNS como um projeto de vida. Estou com 63 anos e gostava de ver a minha honra reposta, até para a minha família perceber que vale a pena lutar por ideais.

Vamos começar pela carta que enviou à diretora clínica, em janeiro de 2023, onde denunciava 15 casos de má prática em tratamentos aos doentes e foi

“Situações que considero graves, como uma intervenção cirúrgica num doente, que tinha uma situação clínica muito complicada, e para a qual deveriam ter sido escolhidos os melhores cirurgiões, mas foi realizada por um interno do último ano”.

noticiada no Expresso. Na altura, ficou a saber-se também que tinha sido diretor daquele serviço, depois de “acusações” de bullying. Houve quem dissesse que a denúncia era uma “vingança zinha”. Foi mesmo?

Não, muito longe disso. A denúncia foi feita única e exclusivamente à diretora clínica, não sei como surge na comunicação social e nada tenho a ver com isso. Depois, a carta resulta de factos muito concretos, de princípios e valores que considero que não estavam a ser defendidos em relação aos doentes, e ocorre depois de ter assistido a várias situações no serviço em que se discutiram casos de mortalidade que para mim eram inaceitáveis. E quando confronto os colegas sobre alguns factos, sou mandado calar. Disseram-me mesmo que não podia falar.

Que tipo de situações? Situações que considero graves, como uma intervenção cirúrgica

“A questão para mim, mais uma vez, não era o ter-se errado, não era o erro grosseiro, mas o não se discutir ou o não se escrutinar o erro e o que se estava a fazer. Mais grave: tentar esconder o que aconteceu. Fazer de conta que as situações não existiram”.

Por tudo, sobretudo pela doente. Mas também porque o que estava a acontecer, não havia escrutínio. Não havia avaliação do erro, não era o erro em si que estava em causa, mas a forma como se estava a olhar para o erro. Foi um erro ter sido um jovem médico a fazer uma cirurgia que deveria ter sido feita por um especialista sénior, porque operar uma necrose pancreática, que é o pâncreas podre, é mais difícil do que operar um cancro do pâncreas. E, neste sentido, deveriam ter sido escolhidos os mais preparados. O interno da especialidade deveria ter estado presente e a participar para aprender com um especialista sénior. Mas o facto do jovem médico dizer que telefonou a um especialista para perguntar o que fazia, foi um absurdo. Era uma situação que, para mim, não poderia voltar a acontecer. E mandaram-me calar.

A carta falava em 15 casos.

Quais foram os outros?

Um deles foi o de um doente que tinha sido operado e me pediram para ir ver aos Cuidados Intensivos. Era uma situação em que já nada havia a fazer, óbito. Fui e tive o interesse de saber o que tinha acontecido, porque essa era a minha obrigação. Eu era o chefe de equipa de cirurgia na urgência naquele dia. E o que vi deixou-me muitas dúvidas sobre o que levou a operar este doente, sobre o que aconteceu durante a intervenção e o que aconteceu depois. Foi uma intervenção cirúrgica onde se gastaram dez a 12 unidades de sangue, tendo-se percebido pelo relato dos jovens médicos, que realizaram a intervenção, que a certa altura tinham perdido o controlo da situação. Mas, neste caso, fiquei com a ideia que não tinham chamado nenhum colega espe-

cialista sénior para ajudar. E quando pergunto porque se operou um doente que não tinha queixas e porque não pediram ajuda a um especialista sénior? Quem estava na sala disse-me para ser eu a descobrir o que se tinha passado. Peço o resultado da anatomia patológica e percebo que era um doente que nem deveria ter sido operado. Portanto, a opção tomada não foi a mais adequada. Na reunião de serviço, em que o caso estava a ser analisado, pergunto quando e com quem é que o caso tinha sido discutido para a decisão da intervenção, todos disseram que não tinha sido com eles. Então, foi quem? Onde estava o escrutínio em relação às situações dos doentes, onde estava a exigência e o rigor em cada caso?

Mas fala de um serviço e de uma equipa que antes foi dirigida por si. Nunca existiram casos assim?

Quando era diretor todos os doentes eram escrutinados e avaliados. Havia, naturalmente, momentos muito difíceis em que éramos confrontados com o erro. Era difícil para mim e para os outros, mas, enquanto fui diretor, o erro, fosse de quem fosse, também era meu, porque em última análise eu era o responsável máximo por tudo o que acontecia. Por isso mesmo, exigia que se analisasse todos os doentes e os seus casos e que se questionasse tudo. Porque se errou e o que tinha de ser feito para não voltar a acontecer. E, basicamente, foi isto que mudou.

A direção do serviço não queria que discutisse os casos nas reuniões?

Não. E, neste caso, para mim era incompreensível ninguém saber quem e quando o caso tinha sido discutido ou por quem tinha sido tomada a decisão de operar. Perguntei várias vezes, por fim, assumo, de forma mais exaltada, não sou uma pessoa desprovida de emoções: ‘Porque se fez isto? Porque operaram um doente sem indicação para operar? Porque não chamaram um cirurgião sénior? Porque têm falta de humildade?’, disse mesmo isto. É quando o diretor de serviço diz: ‘Cala-te. Não é assim que se tratam as pessoas’. Fico estupefacto. Foi muito difícil para mim, porque estava perante uma cultura de convivência, de falta de exigência e não o podia aceitar.

Foi isso que aconteceu, convívência? É essa a sua visão?

O ser médico e ser cirurgião implica ser-se exigente. Estamos a tratar de doentes, vidas humanas. E foi aí que decidi que tinha de fazer

alguma coisa. Não podia aceitar, por exemplo, que num mês tivessem acontecido também quatro situações de lesões das vias biliares durante operações, que são lesões gravíssimas, e que ninguém perguntasse porque é que isto estava a acontecer sempre com os mesmos cirurgiões? Porque não pararam todos para se questionarem sobre o que estavam a fazer de mal e como o podiam corrigir? Era inaceitável. A questão para mim, mais uma vez, não era o ter-se errado, não era o erro grosseiro, mas o não se discutir ou o não se escrutinar o erro e o que se estava a fazer. Mais grave: tentar esconder o que aconteceu. Fazer de conta que as situações não existiram. Não era assim que se fazia crescer os internos, o serviço ou o hospital. E foi isto que me levou a escrever a carta à diretora clínica.

O hospital e ordem nomearam um perito para avaliar estas situações, que concluiu pela “não existência de má prática”. Como explica isto? Só o senhor estava certo?

Ficava muito admirado se os resultados dos dois inquéritos, quer do hospital e o da Ordem dos Médicos, fossem diferentes, porque a pessoa que os conduziu foi a mesma. Foi o perito da ordem que, na altura, era o presidente do Colégio da Especialidade de Cirurgia Geral, o dr. António Menezes e Silva, que me conhecia muito bem – porque fiz parte do colégio da especialidade durante dois anos – que liderou, como perito independente, os dois inquéritos. E devo dizer-lhe que foi um inquérito devastador e dramático para mim. Não vou dizer que está errado, mas vou dizer que, se calhar, o perito não avaliou tudo como deveria ter avaliado. Para começar, nunca me ouviu. E nas denúncias que fiz por escrito fui sempre muito cuidadoso, nunca deixei de referir o número do processo do doente, mas nunca disse o seu nome por questões de preservação dos dados. E quando refiro algumas situações, como: ‘Retiraram uma peça’, mas sem referir tumor, isto deveria ter sido um alerta, porque das duas uma: ou havia tumor ou não havia e era preciso ir à fonte, a quem investigou o caso, para se poder fazer uma avaliação clínica adequada. E o que o perito fez neste caso foi acrescentar “aspetos” que não constavam de nenhum relatório clínico e que acabaram por ser decisivos para a avaliação do caso.

Que aspetos?

O perito descreve o resultado de uma ecografia intra-operatória que não é aquele que constava do processo clínico do doente, que foi operado por haver indicação de tumor. Durante a operação foi feita a ecografia que confirmou a existência de tumor e que levou à retirada de parte do fígado, mas o resultado final da peça operatória não evidenciava tumor e, sim, litíase intra-hepática num fígado normal. O perito, para justificar a intervenção cirúrgica, após o resultado de não haver tumor, faz referência a uma ecografia que demonstrou litíase e um fígado atrófico. Até hoje, não sei onde foi buscar este resultado, pois não constava do processo do doente.

Considera então que o presidente do Colégio da Especialidade, falhou?

O relatório final da Inspeção Geral das Atividades de Saúde (IGAS) sobre estes 15 casos diz isso mesmo, ao considerar ‘inadequada’ a atuação deste perito. Basta ir ler o que diz a IGAS, que critica o facto do perito se referir a mim como um médico que tinha sido acusado de *bullying* e de assédio. Isto, porque, refere a IGAS o inquérito deveria ser independente e só avaliar os casos cirúrgicos denunciados. A IGAS também critica a referência que ele faz no preâmbulo do inquérito sobre uma eventual atitude de “vingança”, por eu ter saído da direção do serviço, quando o perito sabia não haver nenhum inquérito em que isto tivesse ficado provado, pelo contrário.

O relatório não foi independente?

O relatório não foi imparcial. Mais uma vez digo que o perito não me ouviu e eu fazia parte do processo. Se me tivesse ouvido teria de relatar as minhas afirmações, que seriam suficientemente claras para não chegar às conclusões que escolheu integrar no relatório. Aliás, posso nomear dois casos em que as provas foram alteradas pelo perito.

Quais?

Um deles já referi. Foi o caso em que, afinal, não havia tumor e o perito justificou a operação com a existência de litíase, que não estava relatada no processo do doente. Depois, há o caso de uma doente em que ajudei um colega a operar, para se retirar uma porção do pâncreas. Ela foi operada e no pós-operatório desenvolveu um pseudo-quisto de três centímetros de diâmetro. Isto pode ac-

continua na página seguinte »

num doente, que tinha uma situação clínica muito complicada, e para a qual deveriam ter sido escolhidos os melhores cirurgiões, mas foi realizada por um interno do último ano. Durante a intervenção, o caso complicou-se mais, tratava-se de uma necrose pancreática numa jovem de trinta e poucos anos, e ele próprio diz na reunião de serviço que tinha telefonado ao especialista para perguntar o que fazia, e que não conseguiu falar com ele. Fiquei estupefacto. Perguntei o que havia para discutir naquele caso? Se um especialista não atendia, porque não foram contactados outros do serviço? O diretor do serviço mandou-me calar, disse que não era assim que se tratavam as pessoas. Mais uma vez, fiquei estupefacto. Falava-se de uma doente com 30 e poucos anos.

Estupefacto por ter sido um interno a fazer a intervenção ou por ter sido mandado calar?

» continuação da página anterior

tecer, é uma sequela. Fizemos exames e sabíamos que era isto que existia e que a dor de que a doente se queixava não era disto. A questão é que a doente continuou a ser acompanhada por outros colegas, após eu ter sido afastado da direção do serviço e destas cirurgias, que propuseram nova intervenção cirúrgica sem haver qualquer indicação clínica adequada. A doente tinha feito uma ressonância pancreática um mês antes desta decisão que só revelava a existência do tal pseudo-quisto de três centímetros sem complicações. Mas os colegas operaram a doente e o perito justifica esta intervenção com a existência de um novo tumor, sem que no processo conste algum facto que aponte para a existência deste. O resultado da anatomia patológica só confirma a existência do pseudo-quisto.

Porque não pedi à Ordem outra avaliação?

Simplemente, porque nunca ninguém me ouviu. A certa altura pedi uma reunião ao bastonário, já era o Dr. Carlos Cortes, aconteceu no dia 5 de junho de 2023, pelas 15h00. Antes, tinha-lhe enviado um dossiê com a documentação disponível e ele perguntou-me o que eu pretendia depois de me ouvir durante 50 minutos. E eu apenas lhe disse que “queria que houvesse justiça neste caso”. Ele respondeu-me que lhe tinha enviado documentação extensa e que não poderia retirar a confiança ao presidente do colégio. A partir daqui, percebi que não poderia ter confiança numa análise imparcial por parte da Ordem dos Médicos. E coloquei um processo cível contra o perito, que ainda decorre.

Não recorreu a outras entidades da saúde?

A certa altura eu era o mau da fita, foi muito difícil. Sempre achei que o meu trabalho no hospital e no SNS falaria por mim. Não foi o que

aconteceu. Volto a dizer que fui vítima de um assassinato de carácter. Na altura, fiz um comentário ao relatório do perito da Ordem que enviei ao então ministro da Saúde, Manuel Pizarro, e ao ex-bastonário dos médicos, Miguel Guimarães, achei que eram médicos e alternativas possíveis para olharem para o relatório e para os meus comentários e perceberem que havia desconformidades. Recordo-me que um deles chegou a afirmar à comunicação social que o que ali estava “era grave”. Sei que o ministro Manuel Pizarro enviou o meu comentário para a administração do Amadora-Sintra e para a IGAS, mas até agora não deu em nada. A IGAS acabou por arquivar o processo que abriu aos 15 casos por considerar que a matéria não era da sua área. Eu fiquei sempre com a ideia que no final da avaliação da IGAS e do perito haveria uma conferência de imprensa com todas as entidades envolvidas, mas não aconteceu. Porque se tivesse havido, quem lá estivesse seria questionado sobre as conclusões do perito e seria impossível justificar os resultados a que este tinha chegado.

Três anos depois, tem esperança que a Ordem regressa ao caso?

Sinceramente, não sei se vai acontecer. Mas continua a preocupar-me o silêncio da Ordem relativamente ao documento da IGAS. Até pela credibilidade e confiança que a Ordem deve ter junto da população, como órgão garante da qualidade dos cuidados de saúde. Quando erramos, tenho o bom princípio, ou pelo menos, a humildade de o reconhecer. E eu não preciso de mais nada senão o reconhecerem que o que denunciarei estava certo ou errado, de forma independente. Só preciso disso. Até porque, se estiver de facto errado, sou eu que digo que não mereço continuar a exercer Medicina. Não é possível uma pessoa que faz as denúncias que fiz, con-

“Na minha opinião, era necessário parar para pensar no que deveria ser feito para não se repetirem os mesmos erros. Era só isto que esperava, mas quem dirigia o hospital ignorou completamente”.

tinuar a exercer se estas não forem verdadeiras. E tenho muita certeza no que denunciei. Fui diretor daquele serviço durante 13 anos, dei a cara pelo serviço e o que eu questionava na altura era a falta de escrutínio. Por isso, denunciei a situação à diretora clínica, a qual, três meses antes da denúncia, não queria que eu me demitisse da direção do serviço.

O que esperava que acontecesse com a denúncia?

Esperava que todas as pessoas do serviço fossem chamadas para discutirem internamente o que estava a acontecer, esperava que se parasse imediatamente com as intervenções cirúrgicas para se avaliar todos os casos. Na minha opinião, era necessário parar para pensar no que deveria ser feito para não se repetirem os mesmos erros. Era só isto que esperava, mas quem dirigia o hospital ignorou completamente. Um mês e pouco depois da primeira denúncia, enviei nova carta com mais cinco casos diferentes mas na mesma linha. Um deles sobre uma cirurgia ao pâncreas que não era necessária, mas que foi feita porque também não foi avaliada nem estudada. Foi analisada em cima do acontecimento, já com o doente no bloco. Algo que não pode acontecer. Este é o caso em que o perito da Ordem diz “admito que se coloquem dúvidas rela-



tivamente à indicação desta intervenção”, mas sem nenhuma conclusão. Foi mais um caso em que não houve planeamento nem rigor. E avançou-se para uma intervenção cirúrgica que não era necessária. Está tudo registado. Portanto, o que eu esperava era que houvesse um escrutínio destes casos de forma independente e com rigor. Era muito importante que o teor dos relatórios periciais fosse público. Era a única forma de a verdade surgir.

Fala de escrutínio público para a

classe médica ou sociedade?

Escrutínio perante os cirurgiões, porque a Ordem deveria ter analisado e verificado as situações com os dados concretos. E não o fez. Se houver alguma coisa de errado, deve reconhecer que o processo não foi bem feito.

Quer que tudo volte a ser analisado...

Porque não? Seria um princípio de inteligência e de humildade. Só preciso disso, mais nada, porque, como disse, fui vítima de um assassinato de carácter. O que fiz en-

DA DENÚNCIA DE MÁ PRÁTICA AOS PROCESOS E SILÊNCIO

6-10-2022. Vítor Nunes envia carta à diretora clínica a denunciar 15 casos que considera passíveis de má prática clínica.

7-10-2022. É convocado para reunião com o CA às 12h00.

Às 15h00, é informado que irão ser tomadas medidas sobre as denúncias.

25-11-2022. Envia nova carta com mais cinco casos. Não recebe resposta a nenhuma das situações.

13-1-2023. Expresso noticia conteúdo das cartas enviadas à diretora clínica do Amadora-Sintra.

13-1-2023. Ministério Público abre processo à suspeita de mortes decorrentes de

má prática (ainda sem resultado). Ordem dos Médicos avança com um inquérito. O hospital também.

15-1-2023. Inspeção Geral das Atividades em Saúde (IGAS)

abre inquérito.

29-5-2023. Hospital decide pelo arquivamento dos casos denunciados por “inexistência de prática de infração disciplinar”. Ordem também, o perito era o

mesmo.

31-5-2023. Vítor Nunes vê o seu contrato suspenso por 90 dias, por ter sido demonstrado que teve acessos a processos clínicos.

01-10-2023. Sai do

Amador-Sintra para ir para o Hospital de Vila Franca de Xira.

01-10-2024. Regressa do HVFX ao Amadora-Sintra, mas tarde é enviado para o Hospital de Sintra, onde ainda está.

quanto médico foi posto em causa. Houve um levantamento de pessoas a dizer 'não quero trabalhar com o Vítor' sem me conhecerem e sem nunca terem trabalhado comigo, como um grupo de internos. Não foi apenas no Amadora-Sintra, a minha carreira e a minha honra foram postas em causa. Houve comentários de dirigentes sindicais sobre mim, sendo eu sindicalizado, sem sequer me terem ouvido, sem me perguntarem o que aconteceu, de médico para médico. Neste momento, a minha percepção é que ainda ninguém quer trabalhar com o 'dr. Vítor Nunes', e antes não era assim. Não havia funcionário do meu hospital e até do conselho de administração que tivesse de ser operado e não quisesse que fosse eu a fazê-lo. Há pouco tempo, houve alguém na administração do hospital que me disse: 'Se quiseres vais para o hospital de Sintra, se não quiseres vais na mesma'. Isto é muito duro de ouvir, sobretudo para quem colocou sempre o doente e o hospital acima de tudo. Portanto, o que preciso é que a minha versão seja ouvida, porque estarei disponível para ser escrutinado.

Ainda espera justiça?

Ao fim de quatro anos, já não há propriamente justiça, até porque não sou o mesmo Vítor, não sou o mesmo cirurgião. Como cirurgião, fui amputado. Fui afastado de fazer intervenções cirúrgicas que gostava de fazer e que sabia fazer. Tive de sair do meu hospital para ir para outro hospital, durante dois anos, voltei e fui colocado no hospital de Sintra, que tem o seu mérito, mas onde faço o mesmo que um interno do primeiro ano, como intervenções a quistos sebáceos, lipomas e hérnias inguinais. Os doentes ficam satisfeitos, mas eu acho que poderia fazer muito mais. Modéstia à parte, acho que não estou a ser suficientemente aproveitado. Nunca fui de hastear a bandeirinha "eu sou muito bom".

Há pessoas que me conhecem e sabem que esta nunca foi a minha maneira de estar na vida. Mas, assumo, que a minha aprendizagem na profissão foi no sentido de estar entre os melhores. Isso não vale a pena questionar. E gosto de ser reconhecido. Sei que fiz tudo pelo hospital. Enquanto dirigi o serviço durante 13 anos, tivemos projetos de investigação, criámos um centro de referência, obtivemos prémios e tivemos vários profissionais em doutoramentos em Harvard e noutras instituições internacionais com cartas de recomendação minhas. Ora, diga-me, um diretor de serviço que faz isto é um diretor que faz *bullying*?

E o que espera do hospital?

Espero que perceba que ainda está a tempo de reanalisar todo este processo para poder corrigir a minha situação. Este seria o primeiro passo. Para mim é um princípio de exigência absoluta, porque sem exigência não há melhoria. E podem perguntar-me o que quiserem. Não quero que todos concordem comigo, porque o sucesso também se faz na divergência de opiniões. Enquanto fui diretor de serviço, obviamente que nem todos concordavam comigo, mas eu era o responsável máximo pelo que acontecia. Competia-me ouvir os colegas, orientar e decidir um rumo e um trajeto. Por exemplo, durante a covid-19 houve um momento difícil no hospital, ficámos sem oxigénio e foi necessário transportar doentes para outros locais, nomeadamente para unidades do Porto, cerca de 80% dos médicos que acompanharam estes doentes eram do Serviço de Cirurgia e fui eu que lhes perguntei se estavam disponíveis para colaborar. Eles aceitaram. Ora, acha que se o diretor tratasse mal os médicos eles aceitavam? Para mim, este foi um dos momentos de grande orgulho pela reação dos profissionais no serviço. O que veio a seguir é que ainda não consigo perceber.

“Recuso por completo o conceito de ‘bullying’ e de agressividade verbal e hostil”

PROCESSO. Hospital concluiu que não havia “provas de *bullying*”. Vítor Nunes pediu a demissão, administração pediu-lhe para retirar o pedido, mas depois pediu-lhe para sair.

As queixas de *bullying* foram referidas por um médico que justificou à administração que se ia embora por ser perseguido por si. Depois, apareceram outras queixas de agressões verbais hostis. Como se revê nisto?

Não me revejo, por vários motivos. O inquérito feito pelo hospital excluiu a existência de *bullying*. Isto é o primeiro aspeto. Acho que as pessoas confundem *bullying* com exigência. Uma coisa é ser exigente, e com responsabilização, porque eu também tinha essa exigência para mim como médico e como diretor de serviço. O médico referiu à administração que “não ia ao bloco”. Ora, não era eu que definia os tempos operatórios atribuídos ao serviço. Eram a direção clínica e a direção do bloco operatório que atribuíam os dias. Depois, era eu que definia as equipas que operavam, em função dos critérios de prioridade da lista de espera e do centro de referência, sendo que a prioridade eram os doentes com cancro e os que integravam os centros de referência, serem operados o mais rápido possível. Chegámos a ter 55 doentes à espera e estes só podiam ser operados pelos médicos que integravam o centro de referência, porque esta foi uma das condições para a atribuição deste centro. O que quer dizer que havia equipas fixas e dedicadas e estes cirurgiões tinham de ser os melhores. Logo, iam mais vezes ao bloco.

Este médico fazia parte destas equipas?

Não, porque no momento da candidatura aos centros de referência ele não integrava o serviço, mas não era o único que não integrava. A verdade é que eu também comecei a definir outros critérios que não agradaram a alguns médicos, como as condições para participarem na cirurgia adicional – quem não quisesse fazer urgência, também não integrava a escala da cirurgia adicional. Este era um critério fundamental. Não podia apoiar um médico que queria estar dispensado da urgência ou que só queria fazer urgência ao fim de semana,

mas que queria estar na escala da cirurgia adicional durante a semana. Na questão do *bullying* também acabou por ser referido que eu e os que me estavam mais próximos fomos mais ao bloco, mas se forem aos números vêm que não é verdade. E no meu caso vêm que a minha condição era quase sempre de ajudante. Basta olhar para os mapas dos últimos anos.

E quanto às agressões verbais e hostis em reuniões de serviço?

Recuso por completo o conceito dessa agressividade, o que existia era talvez mais emoção nas discussões. Havia discussões duras e difíceis porque tudo o que fazíamos tinha de ser avaliado e escrutinado. Por exemplo, houve uma discussão forte quando uma doente chega ao hospital com uma apendicite um ano depois de supostamente lhe ter sido feita uma apendicectomia. Final, a apendicectomia não tinha sido feita, então o que tinham operado? Eu tinha de questionar isto. E, afinal, o que retiraram foi o apêndice epiplóico que interpretaram como o apêndice normal. Porque não disseram? Perguntei quem tinha feito a intervenção há um ano, o que se tinha passado? Ninguém me respondeu e isto para mim não era admissível. O que critico não é o terem retirado o apêndice epiplóico, mas sim o não terem informado o doente da condição clínica que tinha. É claro que estas discussões eram tidas com alguma emoção, porque eu era sempre o último responsável pelo que se passava no serviço, mas nunca “tratei mal as pessoas”. Sabe que nestas discussões eu usava muito uma expressão que depois me acusaram de ser *bullying*, eu perguntava se era assim que gostavam que os próprios pais ou alguém da família fossem tratados? Para mim era muito importante que quem estivesse na equipa percebesse o nível de exigência, até na relação com os doentes. Quando havia complicações nas minhas operações, era o primeiro a falar delas.

As queixas de *bullying* levaram-no a pedir a demissão, não foi?

Se não havia razões, porque o fez?

Acabei por não ser eu a demitir-me. Demitiram-me. Quando apareceu a queixa, o presidente do conselho de administração da altura (Marco Ferreira) disse-me: ‘Não te preocupes, vou falar com a diretora clínica (Ana Valverde)’. Eu disse logo que queria uma investigação ao caso. Uns dias depois a diretora clínica disse-me que falaram com várias pessoas e que ‘tudo não passou de uma tempestade num copo de água’. Referiu até, “continuas a ser o mestre”. Eu respondi: ‘Isto não fica assim’. Não era possível acusarem-me desta maneira e não ficar tudo clarificado. E disse-lhe que precisava de “uma prova de confiança do CA e da direção clínica”. Mas esta não apareceu nos dias seguintes e enviei um *e-mail* a dizer que se não houvesse esta manifestação, não poderia continuar como diretor de serviço. A diretora clínica respondeu-me que essa prova de confiança seria dada na sexta-feira seguinte – isto foi a meio de janeiro. Depois, não foi possível por motivos de trabalho e eu entendi. Passou para segunda-feira, também não aconteceu e a diretora clínica acaba por me pedir para sair da direção de serviço. Ou seja, acabam por me demitir. Mais tarde, vim a saber que a direção clínica falou com pessoas a quem disse que tinham de “denunciar o Vítor”, tinham de arranjar provas para eu sair. Mas o relatório do inquérito do hospital às acusações de *bullying* não apresenta uma única prova de que tratei mal um colega.

O que espera que seja reparado nesta situação?

Há a questão de honra. Nunca quis falar até agora porque, mais uma vez, achei sempre que a minha carreira falaria por mim. Mas não. E o que foi posto em causa foi a minha honra e o meu carácter sem provas. O que se esteve a discutir sempre foram os valores que defendo – dignidade, respeito, defesa do doente e a sua autonomia. São estes os valores com os quais me identifiquei e me levaram a continuar a ser médico.

27-11-2024. IGAS termina inquérito. Relatora propõe arquivamento por “IGAS não ter competência sancionatória sobre o exposto, mas informa Ordem dos Médicos,

Colégio da Especialidade de Cirurgia Geral, Ministério Público e hospital do conteúdo. **18-5-2026.** Nesta altura decorrem ainda uma ação cível interposta por

Vítor Nunes a quatro médicos que se queixaram de *bullying* e uma ação cível contra o perito da Ordem dos Médicos que analisou os casos denunciados.



LEONARDO NEGRÃO

Filas passaram a demorar mais após o novo sistema de controlo.

PSP controlou 6,3 milhões de passageiros nos aeroportos até abril e admite filas

FRONTEIRAS Declaração surgiu antes de o primeiro-ministro Luís Montenegro ter dito estar insatisfeito com a situação.

TEXTO AMANDA LIMA

A Polícia de Segurança Pública (PSP) controlou quase 6,3 milhões de passageiros entre janeiro e abril nos aeroportos nacionais. Os números, ainda provisórios, foram avançados ontem pela direção nacional, após a demora nas filas no aeroporto terem sido um dos principais temas do dia.

Segundo a PSP, destes mais de 6 milhões, cerca de 3,3 milhões foram ao entrarem em território nacional através das fronteiras aéreas, enquanto os restantes três milhões saíram de Portugal. Já a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (UNEF) realizou 11.535 interceções no igual período.

Ao mesmo tempo, esta força de segurança admitiu tempos de espera elevados nos últimos dias. “A PSP confirma, em determinados momentos, tempos de espera superiores aos desejados, quer por razões técnicas/informáticas, quer pela elevada dimensão de passageiros fora do Espaço Schengen, com a adoção por parte da PSP de medidas de contingência, sempre no estrito cumprimento das regras de segurança e das normas de controlo fronteiriço”, lê-se num comunicado.

Ontem, os picos foram entre às 11h00 e às 12h30, com máximos de 40 minutos de espera em Lisboa nas partidas e 140 minutos nas chegadas, 70 minutos nas partidas e 40 minutos nas chegadas em Faro e 25 minutos nas partidas e 75

minutos nas chegadas no Porto.

Horas antes, o primeiro-ministro Luís Montenegro afirmou estar insatisfeito com a atuação dos serviços de controlo de fronteiras devido às longas filas de espera nos aeroportos. O líder do Executivo chegou mesmo a admitir a suspender a recolha de dados biométricos. “Não queremos colocar em causa a segurança do país, mas também não queremos colocar em causa o movimento económico do país”, frisou o governante, que disse ter recebido relatos de “vários agentes económicos incomodados com essa situação”. Estas declarações surgem depois de um fim de semana com longas filas nos aeroportos.

Já Pinto Luz, ministro das Infraestruturas e Habitação afirmou que o Governo “está a fazer todos os esforços, junto da Comissão [Europeia] mas também internos, para resolver essa situação”. Miguel Pinto Luz reconheceu que o sistema de entradas e saídas (EES) “tem problemas reais” “Estamos disponíveis [...] para, sempre que for necessário, suspender a biometria, porque há um princípio básico. Nós não podemos pôr em causa o serviço prestado pelos aeroportos, não podemos pôr em causa a imagem do país e, portanto, sempre que for necessário e que se verifique um congestionamento ou que as máquinas ou os servidores não estão a funcionar, será suspenso”, acrescentou. **ComLUSA**

Alastramento de casos de Ébola preocupam

Um cidadão norte-americano contraiu o vírus ébola “no âmbito do seu trabalho na República Democrática do Congo [RDCongo]”, anunciou o Centro de Controlo e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), a principal agência sanitária norte-americana.

O indivíduo “desenvolveu sintomas durante o fim de semana e testou positivo no final de domingo”, estando atualmente a ser preparada a transferência para a Alemanha, onde será tratado, declarou Satish Pillai, responsável pela gestão do ébola no CDC. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou no domingo o surto uma emergência de saúde pública de alcance internacional. Até ontem tinham sido registados mais de 300 casos suspeitos e 118 mortes nas províncias de Ituri e Kivu do Norte, na RDCongo, além de duas mortes no vizinho Uganda.

Especialistas em saúde e funcionários humanitários afirmam que a estirpe Bundibugyo circulou sem ser detetada durante algumas semanas.

Horas antes da confirmação deste caso, os EUA anunciaram o reforço das medidas de precaução para evitar a propagação de ébola, através da implementação de controlos sanitários para passageiros aéreos provenientes das zonas afetadas e da suspensão temporária dos vistos. Além dos controlos realizados nos aeroportos, o CDC anunciou a imposição de restrições de entrada a cidadãos estrangeiros que tenham viajado para o Uganda, RDCongo ou Sudão do Sul nos últimos 21 dias.

DN/LUSA



Saúde para viver Filipe Froes

O hantavírus, a ciência e os ratos

Somos o que fazemos, não o que dizemos que vamos fazer.

Carl Gustav Jung
Prestigiado psiquiatra e psicoterapeuta suíço, fundador da psicologia analítica e um dos mais importantes pensadores do seu tempo (1875–1961)

A data do boletim oficial de 13 de maio de 2026, da Organização Mundial da Saúde (OMS), estavam registados oito casos confirmados, dois casos prováveis e um caso em estudo, num total de 11 pessoas. O surto de hantavírus ocorreu a bordo do navio MV Hondius, que partiu de Ushuaia, na Argentina, a 1 de abril de 2026, inicialmente com 114 passageiros e 61 tripulantes. A 15 de maio de 2026, a OMS reduziu o número total de casos para dez, uma vez que os testes do caso em estudo foram negativos.

Tratou-se do primeiro grande surto após a pandemia de COVID-19, que representou uma ameaça à escala global. Mais uma vez, a ciência e a indispensável coordenação da OMS foram determinantes na contenção e no esclarecimento da situação. Num mundo cada vez mais desigual, com países a apresentarem recursos e prioridades distintas, nomeadamente em função das características populacionais, este surto confirmou a importância e a necessidade imperiosa de organizações como a OMS.

Embora estejam descritos surtos há vários séculos, o hantavírus só foi isolado em 1976, num roedor, o rato-do-campo listrado, próximo do rio Hantan, na Coreia do Sul. Este roedor representa um dos principais reservatórios do vírus, cujo isolamento se

deveu ao médico Ho Wang Lee, falecido em 2022, aos 93 anos.

Estão descritas mais de 40 espécies de hantavírus, das quais, pelo menos, 22 podem ser patogénicas para os humanos. Das várias espécies identificadas, apenas uma, o vírus Andes, endémico no Chile e na Argentina, está associada à transmissão de pessoa para pessoa após contacto próximo e prolongado, sobretudo na fase inicial dos sintomas, que podem surgir tardiamente, geralmente até à sexta semana.

Admite-se que a infeção inicial tenha ocorrido antes do embarque, estando os restantes casos associados à transmissão a bordo, com isolamento do vírus Andes. Ao contrário do SARS-CoV-2, o período de incubação é mais longo e não estão descritos casos de transmissão por pessoas assintomáticas, o que torna o risco pandémico dos hantavírus possível, mas nada provável.

Os Estados Unidos da América (EUA) saíram oficialmente da OMS em 22 de janeiro de 2026. Já em 2025, a Administração Trump tinha cortado fundos para a investigação de vírus que podiam passar de animais para pessoas, incluindo o hantavírus. Estima-se que 41 cidadãos americanos se encontrem em unidades de quarentena ou sob vigilância sanitária intensiva, segundo os mesmos critérios usados durante a pandemia de COVID-19 e que, na altura, os atuais responsáveis pela saúde dos EUA tanto criticaram. Não haja dúvidas: não somos o que dizemos.

Doutorado em Saúde Pública e membro do Conselho Nacional de Saúde Pública

● BREVES

Leilão. Caixa com cerejas do Fundão vale 820 euros

As primeiras cerejas do Fundão, acondicionadas numa caixa de um quilo com 27 frutos, foram ontem leiloadas por 820 euros, numa iniciativa solidária que marcou o arranque da campanha anual, disse fonte municipal. O apuro do leilão realizado na Praça do Município reverteu, este ano, para a delegação do Fundão da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM). Durante a sessão de apresentação da campanha Cereja do Fundão 2026, o presidente da Câmara, Miguel Gavinhos, lembrou que são já mais de 40 produtos com aquele selo que promovem, a nível nacional, o fruto produzido na região da Cova da Beira.

Medicamentos. Infarmed demora 11 meses a avaliar

As farmacêuticas demoram, em média, nove meses a submeter um medicamento após terem autorização de introdução no mercado, nos últimos cinco anos, e o Infarmed levou 11 meses a avaliar e decidir. Segundo o relatório *Acesso a Novos Medicamentos 2020-2025*, a que a Lusa teve acesso, o tempo médio de submissão pelas empresas após autorização europeia foi de 272 dias e o tempo médio de avaliação técnico-científica e decisão, da responsabilidade do Infarmed, foi de 332 dias. Durante o mesmo período, foram autorizados 282 novos medicamentos na União Europeia, dos quais 188 foram submetidos pelos respetivos laboratórios para avaliação de financiamento público em Portugal.

**Contra os canhões
Fernanda Câncio****Do teu crime de tortura por omissão**

Há condenações consecutivas de Portugal pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos por práticas análogas à tortura nas prisões. Tortura é um crime. Sei que não é assim que funciona o Direito Internacional, mas é bastante estranho ver condenações por práticas que são análogas à tortura mas ninguém vai preso. Não deveria haver responsabilização de quem tem a tutela das prisões, por submeter pessoas a tratamentos desumanos e degradantes?”

A pergunta é do jornalista Nuno Viegas, do podcast *Fumaça*, que está a fazer uma série longa —o *Fumaça* dedica-se ao “slow journalism” — sobre as prisões nacionais. A entrevista, de 2025, é a Miguel Feldman, coordenador da estrutura de apoio ao Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNP), que tem desde 2015 produzido relatórios sobre locais de detenção nacionais.

Naturalmente, a resposta não podia ser outra coisa senão diplomática; Feldman é jurista, visita prisões desde que o Mecanismo existe e tem de se relacionar com as autoridades prisionais e a tutela. Fala, numa voz pausada, serena, na qual o desalento corre em rio profundo, da “não coercibilidade do Direito Internacional público”. E assegura, quando questionado sobre “como pode a Direção-Geral dos Serviços Prisionais manter, na apreciação do MNP, reclusos em condições desumanas”, 22 horas fechados em celas”, que a resposta mais simples é falta de meios: “Não creio que haja vontade de tratar mal as pessoas. Mas é muito difícil, perante a falta de meios, conseguir dar uma resposta rápida a situações que são intoleráveis.”

Não há vontade de tratar mal as pessoas, ecoa o jornalista, com ponto de interrogação. E enumera: se Portugal desde 2020 foi condenado pelo TEDH várias vezes diferentes, se vamos em bem

mais de uma dúzia de violações separadas da Convenção Europeia dos Direitos Humanos devido às más condições materiais nos estabelecimentos prisionais (EP); se o que o tribunal vai encontrando são violações reiteradas ao longo de muitos anos, vários EP, vários locais. Se toda a gente sabe disso porque há relatórios da Provedoria de Justiça sobre as prisões desde 1996, o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura vem cá há 20 anos e está lá tudo nos relatórios, se o Subcomité para a Prevenção da Tortura das Nações Unidas vem cá menos vezes e encontra as mesmas coisas... A lista termina em pergunta retórica: “Houve alguma mudança estrutural no tratamento das pessoas reclusas desde as condenações do TEDH?”

Claro que não. Admite Feldman —o mesmo Feldman que este domingo, em entrevista ao *Público*, disse “Mais do que indignas, às vezes as condições das prisões são inimagináveis” — e dizem todos os relatórios mencionados, a Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso, o Fórum Penal, os acordãos sucessivos do TEDH. E dizem até as comunicações do Estado português com o

“**Questionada pelo DN sobre se as celas do Estabelecimento Prisional de Lisboa têm condições para alojar pessoas, a Direção-Geral dos Serviços Prisionais não respondeu. Não pode dizer que sim. Mas estão lá mais de mil”.**

Comité de Ministros do Conselho da Europa (que tem a incumbência de fiscalizar o cumprimento dos acordãos do tribunal), pelo que demonstram, até nas medidas que referem estar em curso ou em preparação, ser o estado das penitenciárias.

Porque o que se vê ali, nessas comunicações pouco ou nada escrutinadas em que Portugal tenta comprovar estar a cumprir as decisões do TEDH, são garantias de, por exemplo, “desparasitação mensal” — supõe-se que devido aos reportes contínuos de infestações de baratas, percevejos, pulgas e ratos —, de avaliação da lotação dos estabelecimentos de acordo com as áreas mínimas de cela por pessoa exigidas pelo TEDH, de obras para separação das instalações sanitárias do resto do espaço dos alojamentos.

O que se vê ali é que grande parte do sistema prisional chegou à terceira década do século XXI com os reclusos amontoados em celas onde urinam e defecam à frente dos outros, celas onde por vezes nem têm espaço para estar três em pé ao mesmo tempo. Celas húmidas, cheias de bolor, gélidas no inverno e irrespiráveis no verão, não raro infestadas de insetos repelentes e roedores, e nas quais têm de passar grande parte do dia fechados, sem nada para fazer.

O que vemos ali é a certificação de que o sistema prisional português nem sonha cumprir a obrigação, prevista no seu próprio regulamento, de colocar apenas uma pessoa por cela.

O que vemos ali é a tentativa do Estado português, ano após ano, de empurrar com a barriga e para baixo do tapete, não criando sequer as condições para que os reclusos tenham um recurso nacional ao qual possam queixar-se das prisões com garantia de eficácia, em vez de só terem o TEDH — ausência de recurso que é em si uma violação dos direitos humanos, e pelo qual o país já foi condenado.

O que vemos ali, e aqui falo como jornalista, é que o Estado português envia para o Conselho da Europa informação que nega sistematicamente quando lhe é pedida por quem tem a função de informar, obrigando os jornalistas nacionais ao ridículo de requerer a um organismo internacional acesso àquilo que cá lhes é interdito como “documento de trabalho interno”.

O que vemos ali é a evidência de que o sistema prisional e quem o tutela se esforçam, hoje como há décadas, por escamotear a gravidade da violação dos direitos humanos, escondendo sistematicamente os factos e os números (nem nas mencionadas comunicações se encontra algo tão básico como a média de reclusos por cela ou o rácio real de recluso por metro quadrado).

É normal: os crimes negam-se até ser impossível continuar a negar (e mesmo assim muitas vezes para além disso). Porque, sem dúvida alguma, regressando à questão colocada pelo *Fumaça* a Miguel Feldman, é da assunção da continuação de uma atividade criminosa — a de tratamentos cruéis, degradantes e desumanos — que se trata.

O Código Penal português prevê o cometimento de crimes por omissão — são os crimes que comete quem não age como e quando tem o dever de agir, e nomeadamente quem tem o dever de garante (quem, pelas suas funções, ou relação com a vítima, tem a responsabilidade de garantir a sua segurança).

Quando a Direção-Geral dos Serviços Prisionais, questionada pelo DN sobre se considera que as celas da Ala B do EPL, cujas imagens o jornal tem vindo a publicar, têm condições para alojar pessoas, não responde, está a responder que não. Não: não têm condições para alojar pessoas.

Pelo que cada uma daquelas pessoas — pessoas, sublinho — está, comprovadamente, a sofrer tratamento desumano e degradante por parte do Estado português. E por todos nós que vemos e deixamos passar, porque achamos que somos melhores, que aquelas pessoas são doutra natureza, doutra espécie, doutra raça, doutra planeta.

Merecemos tanto, mas tanto, ser condenados por isso.

Jornalista



Foto de família dos banqueiros centrais na reunião do G7.



Réunion des ministres des Finances et des gouverneurs de banque centrale du G7
G7 Finance Ministers and Central Bank Governors' Meeting



CHRISTOPHE PETIT-TESSEON/EPA

Guerra provoca salto grave nos juros de França e Itália, em Portugal efeito está mais contido

CRISE Banqueiros centrais e ministros das Finanças das sete maiores economias do mundo, o grupo G7, reúnem-se até esta terça-feira em Paris para alinharem plano de ação face à crise global iminente. Em cima do choque petrolífero e inflacionista, vem o choque dos juros.

TEXTO LUÍS REIS RIBEIRO

Desde 27 de fevereiro, véspera do ataque de Estados Unidos e Israel ao Irão, as taxas de juro da dívida pública das principais economias do mundo encetaram uma forte subida na sequência da forte subida dos preços da energia e da inflação.

Com vários agravamentos de taxas de juro diretoras dos maiores bancos centrais já no horizonte para tentar arrefecer os preços (no caso do BCE - Banco Central Europeu, fala-se em duas ou três até final deste ano), o risco da dívida acabou por escalar bastante nestes quase três meses.

No entanto, apesar de Portugal continuar a carregar um peso da dívida pública ainda muito eleva-

do, próximo dos 90% do Produto Interno Bruto (PIB), o que é sempre notado como uma "vulnerabilidade" grande, a República aparece, para já, nesta primeira fase da nova guerra, no grupo dos mais protegidos nas taxas de juro, mais colado à Alemanha e Espanha, por exemplo.

De acordo com um levantamento feito pelo DN, desde que rebentou a nova guerra no Médio Oriente, o agravamento de juros de França e Itália (que a seguir à Grécia, têm hoje o segundo e terceiro maior fardo da dívida da Zona Euro), ronda já os 0,7 pontos percentuais nas taxas de juro de mercado de longo prazo (Obrigações do Tesouro a dez anos), com a remuneração dos títulos a pagar

As reservas de petróleo e gás "estão a esgotar-se muito rapidamente", e nesta altura, "o hemisfério norte está começar a época das viagens [turismo] e do cultivo, na qual se consome mais combustível e mais fertilizantes", advertiu o chefe máximo da AIE.

aos credores a tocarem os 4%. Antes da guerra do Irão, estavam na casa dos 3,3%.

Portugal (como Alemanha e Espanha, aliás) está menos pressionado, por enquanto. Face ao final de fevereiro, enfrenta um agravamento notório dos juros, é certo, mas de apenas meio ponto percentual, ainda assim, 30% mais suave do que o aperto sentido pelos franceses e italianos. A taxa de juro a dez anos portuguesa negociava nos 3,52% esta segunda-feira, no mercado secundário, onde é negociada a dívida pública dos países entre fundos e bancos, na sequência dos leilões dos Tesouros (mercado primário).

A Alemanha paga menos. Tal como Portugal, também teve um

agravamento de meio ponto percentual ao longo destas semanas da nova guerra, enfrentando atualmente uma taxa de 3,15% no referido mercado secundário.

Pior estão os EUA, cuja dívida pública ultrapassou recentemente os 100% do PIB, mas enfrenta agora uma taxa de juro de longo prazo crescente. A dez anos, está nos 4,6%, a 30 anos quase 5%.

Assim, os receios de uma nova crise financeira, que além da energia alimentada por problemas de sustentabilidade das dívidas, voltam a estar em cima da mesa e o grupo das sete maiores economias do mundo (G7), reunido ontem e hoje, em Paris. Logo de manhã, o chefe da Agência Internacional de Energia (AIE), Fatih Birol, largou uma bomba: disse que as reservas de petróleo acumuladas antes da guerra no Médio Oriente e do encerramento do Estreito de Ormuz vão-se acabar numa questão de semanas. As reservas "estão a esgotar-se muito rapidamente", e nesta altura, "o hemisfério norte está começar a época das viagens [turismo] e do cultivo, na qual se consome mais combustível e mais fertilizantes", advertiu.

Os líderes do G7 - grupo que é composto por EUA, Reino Unido, Canadá, Alemanha, França, Itália e Japão - estão também muito preocupados com a incerteza e o rumo disto tudo, o que torna as decisões mais arriscadas.

Por exemplo, há receios de que o ambiente económico na Europa esteja propício a uma estagnação da atividade, mas com preços elevados (estagflação), o que levanta graves problemas de poder de compra e de viabilidade financeira a famílias e empresas, e problemas ao BCE, que diz precisar de subir juros para controlar os preços (trazer a inflação para 2%), mas sem danificar muito as economias.

Christine Lagarde, também à margem do G7, respondeu aos jornalistas que "está sempre preocupada, é o meu trabalho".

"Podemos fazer muito para acalmar os mercados e dar-lhes um impulso positivo, como estas discussões que estamos a ter aqui", afirmou outro dos participantes, Joachim Nagel, presidente do poderoso banco central alemão, o Bundesbank.

Tal como Lagarde, a diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva, está apouquetada com o curso da inflação e pediu aos governos que "evitem medidas que agravem a situação".

Ryanair alerta que preços dos bilhetes podem ficar mais caros no verão

AVIAÇÃO A companhia aérea *low cost* avisa os passageiros para reservarem as viagens com antecedência, de forma a evitar o aumento das tarifas previsto para os próximos meses, devido à subida dos preços dos combustíveis.

TEXTO RUTE SIMÃO

As férias de verão este ano irão sair mais caras a quem estiver a planear viajar de avião, devido à escalada dos preços dos combustíveis provocada pela guerra no Médio Oriente. O alerta é dado pelo CEO da Ryanair, que antecipa um aumento das tarifas das passagens aéreas nos próximos meses. De forma a minimizar esta subida, Michael O'Leary apela a que os passageiros programem as viagens com maior antecedência. "Acreditamos que os preços do combustível permanecerão elevados no curto prazo e, por isso, encorajamos todos os passageiros que estejam a pensar viajar este verão a reservar cedo e rapidamente, porque pensamos que os preços vão subir ao longo do verão", disse ontem. O presidente executivo da companhia irlandesa, que falava na *conference call* de apresentação dos resultados anuais aos investidores, garantiu que, apesar da pressão do preço do petróleo, não perspetiva uma redução do número de voos.

Desde o início da ofensiva militar dos Estados Unidos e de Israel ao regime iraniano, que levou ao bloqueio do Estreito de Ormuz, que o setor da aviação tem estado em alerta com a subida dos preços do petróleo. O preço do querosene, o combustível utilizado na aviação - e que representa, em média, 30% da fatura dos custos operacionais das companhias aéreas -, duplicou nos últimos dois meses, atingindo máximos históricos, o que levou várias transportadoras, numa primeira fase, a refletir este incremento nos bilhetes de avião através da subida das tarifas e da aplicação de taxas adicionais. Contudo, o decréscimo da procura tem originado uma inversão do cenário nas últimas semanas. É exatamente isso que retrata uma análise recente do *Financial Times*, que conclui que os preços dos bilhetes de avião cá-

ram, no mínimo, 10% em 15 rotas analisadas. O'Leary confirma o quadro, justificando que o consumo tem sido impactado pelas nuvens no horizonte. "Os preços nas últimas semanas aliviaram ligeiramente em resposta à incerteza económica causada pelos preços mais altos do petróleo. Tem havido alguma cobertura mediática sobre receios de escassez de combustível e risco de inflação afetar negativamente o consumo", apontou.

Ainda assim, a procura, revela, "permanece robusta" para a época alta, embora as reservas de última hora estejam a assumir um maior peso, com os passageiros a comprar "muito próximo da data de viagem", o que tem beliscado a margem de previsibilidade da companhia.

O CEO mostra-se tranquilo com a política de *hedging* da companhia para os próximos meses, que visa uma cobertura de 80% do combustível até março de 2027, a um preço de 67 dólares por barril - valor inferior ao contratado no ano fiscal anterior. "Isto irá permitir proteger a maior parte dos nossos resultados nos próximos 12 meses, num

mercado petrolífero muito volátil, e aumentará a nossa vantagem de custos face aos concorrentes europeus", assegurou.

O presidente executivo da Ryanair rejeita eventuais constrangimentos na cadeia de fornecimento de *jet fuel*, defendendo que a Europa continua "relativamente bem abastecida", essencialmente pela África Ocidental, Américas e Noruega. "Não acreditamos, e os nossos fornecedores confirmaram-no, que haja qualquer interrupção no abastecimento de combustível de aviação na Europa até ao final de junho ou meados de julho, e esperamos que isso continue", vinca.

Não obstante da folga provocada pelo *hedging*, a restante fatia de 20% do combustível que não está coberta, e portanto, en-

contra-se sujeita aos preços atuais do mercado, duplicou para os 140 dólares por barril. "Se os preços permanecerem nesses níveis elevados durante o resto do ano, isso terá impacto nos nossos resultados", admite.

A Ryanair reportou ontem lucros de 2,3 mil milhões de euros no exercício fiscal terminado a 31 de março, o que representa um salto de 40%. A melhoria dos resultados fez-se à boleia, sobretudo, do crescimento do tráfego e de um aumento de 10% nas tarifas praticadas.

O agravamento dos conflitos no Médio Oriente e na Ucrânia, os riscos de escassez de combustível, os preços elevados do *jet fuel*, aliados aos choques macroeconómicos e a "greves ou má gestão do controlo aéreo europeu", não permitem, para já, à companhia, traçar uma perspetiva de resultados para o ano fiscal de 2027. "O resultado final dependerá totalmente das reservas de última hora e tarifas no pico do verão de 2026. Sem visibilidade para o segundo semestre e com forte volatilidade nos preços e abastecimento de combustível, é demasiado cedo para fornecer orientações significativas sobre os lucros do ano fiscal de 2027", acrescenta o CEO da empresa com sede em Dublin.

2,3

Mil milhões de euros foram os lucros reportados pela Ryanair no ano fiscal que terminou a 31 de março, o que representa uma subida de 40%.



Michael O'Leary
CEO da Ryanair.



Litro de gasóleo e gasolina estão novamente acima de dois euros.

PEDRO GRANDEIRO/GLOBAL IMAGES

Venda de combustíveis disparou como não se via há quase três anos

ANÁLISE A escalada de preços não travou a procura por combustíveis em março. O aumento superou os 17%, mais do que se havia visto desde abril de 2023. Não se vendia tanto gasóleo desde maio de 2023. A realização de reservas pode estar na origem, mas o cenário não é animador.

TEXTO **TOMÁS GONÇALVES PEREIRA**

Avenda de combustíveis disparou 17,39% em março, se excluído o combustível para aviação. Para encontrar um aumento tão alto quanto aquele que se registou no primeiro mês da guerra entre EUA e Irão, é preciso recuar quase três anos.

Aquele mês ficou marcado por um aumento agressivo nos preços dos derivados de petróleo. Ainda assim, a procura de empresas e consumidores cresceu como não se via desde 2023 e, a somar a isto, atingiu um patamar que não se via há mais de dois anos.

Na origem poderá estar a intenção de formar reservas de combustível, de forma a resistir ao aumento de preços, na expectativa de que estes acabem por baixar. Para tal, porém, ainda falta as tensões reduzirem no Médio Oriente, de forma a que o trânsito

no estreito de Ormuz regressasse ao normal.

Certo é que os dados da Entidade Nacional para o Setor Energético (ENSE) indicam que a procura por combustíveis (gasóleo e gasolina) cresceu 17,39% em março, face ao mesmo mês do ano passado. Em causa está a subida mais acentuada desde abril de 2023 (variação de 21,83% naquele mês).

Ao nível do gasóleo, que tem a maior quota de mercado, o crescimento homólogo foi de 15,95%, para 465.067 toneladas. Posto isto, atingiu o nível de procura mais alto desde maio de 2023 (quando se atingiram as 478 mil toneladas).

No caso da gasolina, março de 2026 trouxe um acréscimo de 23,33%, até às 119.119 toneladas, o que significa o maior volume de vendas desde agosto do últi-

A procura por gasóleo disparou 15,95% em março, face ao mesmo mês do ano passado. A respeito da gasolina, o aumento foi além de 23%, coisa que não se via desde abril de 2023. A expectativa não permite alívios, já que a semana abriu com nova subida dos preços e o barril negocia acima dos 110 dólares.

mo ano (133 mil toneladas naquele mês).

De resto, trata-se de uma aceleração particularmente acentuada face aos primeiros meses do presente ano. É que o aumento homólogo de 17,39% no consumo de combustíveis contrasta com as subidas de 0,19% em janeiro e 1,91% em fevereiro. A mesma tendência fica evidente na gasolina, cuja procura aumentou 11,20% e 11,91%, respetivamente, e sobretudo no gasóleo, no qual até se registaram reduções, em janeiro e fevereiro.

Também no jet fuel (combustível de aviação) se regista um aumento acentuado, na ordem de 14,90%, para um total de 154.486 toneladas. O aumento homólogo no consumo não era tão expressivo desde dezembro de 2023 (subida de 16,39%) e atingiu um total que não se via desde outubro do ano passado (168 mil toneladas).

No total, entre gasolina e gasóleo, o consumo mensal subiu, em março, 25% em termos mensais (face a fevereiro 2026). Para encontrar um mês de março em que o consumo foi mais elevado é preciso recuar a 2023. É que, de março daquele ano para março de 2026, a procura caiu 8,37%.

A tendência de aumento do consumo mostra resiliência de empresas e consumidores, já que os preços dispararam de forma agressiva, em reflexo da guerra entre EUA e Irão.

O Preço Médio de Venda ao Público (PMVP) do gasóleo simples subiu 26,7 céntimos por litro em março (mais 16,25%), por comparação com fevereiro. No caso da gasolina, a subida foi menos agressiva, ao marcar 13,5 céntimos (avanço de 7,88%).

Um comparativo entre as 27 economias europeias sobre o Preço Médio Antes de Imposto (PMAI) do gasóleo, permite concluir que Portugal registou 12.º valor mais alto. No que respeita ao preço após impostos (PMVP – Preço Médio de Venda ao Público), ficou na mesma posição.

Olhando à gasolina, a economia nacional ficou entre as 10 mais caras da UE. É que os dados colocam Portugal na 8.ª posição no PMAI e na 7.ª no PMVP.

Por esta altura, já se discute a possibilidade de haver um esgotamento das reservas de combustível nas próximas semanas. De resto, a escalada de preços também afeta o combustível de aviação, pelo que algumas transportadoras aéreas já alertaram que nem todos os voos agendados estão garantidos.

De resto, dezenas de milhares de voos foram cancelados pelas próprias empresas, em virtude de não conseguirem suportar os custos associados. No mesmo âmbito, os preços para marcar viagens dispararam, desde março.

Esta segunda-feira, o PVP diário do litro de gasóleo simples subiu 5,1 céntimos e atingiu 2,022 euros. Em simultâneo, a gasolina encareceu 2,1 céntimos por litro, até aos 2,014 euros. De resto, olhando para as mexidas registadas durante o dia, o cenário não é animador.

Até às 19h30 de segunda-feira, o Petróleo Brent ficou 2,60% mais caro e atingiu 112,10 dólares por barril. Este é a referência europeia para as negociações de contratos futuros de crude. Em simultâneo, o WTI, que é o homónimo de Nova Iorque, avançou 3,24%, com o barril a alcançar os 104,29 dólares.

Península Ibérica lidera investimento em retalho na Europa com 1,4 mil milhões no 1.º trimestre

IMOBILIÁRIO Portugal respondeu por 340 milhões de euros desse total do início de janeiro ao final de março, segundo a consultora imobiliária JLL.

TEXTO NUNO BRAGA

A Península Ibérica consolidou-se como um dos destinos mais apetecíveis para investimento em retalho na Europa, segundo dados da consultora imobiliária JLL. Portugal e Espanha somaram 1.384 milhões de euros em transações nos primeiros três meses de 2026, ultrapassando mercados como o Reino Unido e a Alemanha e posicionando a região no topo da atração de capital para o setor. Portugal respondeu por 340 milhões de euros desse total no primeiro trimestre, evidenciando a resiliência e estabilidade do mercado nacional, sublinha a consultora. O interesse estrangeiro é explicado por fatores como um crescimento económico acima da média europeia, uma dinâmica turística robusta e relativa estabilidade geopolítica, que atraem capital institucional, gestores de ativos e investidores privados.

Para Augusto Arochella Lobo, Head of Commercial Capital Markets da JLL Portugal, a Península Ibérica reúne a massa crítica e os fundamentos necessários

Interesse estrangeiro é explicado por um crescimento económico acima da média europeia, uma dinâmica turística robusta e relativa estabilidade geopolítica.

para liderar a captação de capital. Acrescenta o responsável que “o mercado português caminha, além disso, para uma maior integração e cada vez mais investidores e gestores estão a criar plataformas de ativos”.

Em Portugal, o impulso do investimento tem sido particularmente visível nos ativos prime e no segmento alimentar, com operações relevantes em centros comerciais e retail parks — entre eles GaiaShopping, ArrábidaShopping e Matosinhos Retail Park — reforçando o dinamismo do setor. Os sólidos fundamentos macroeconómicos e os elevados níveis de ocupação sustentam esta tendência, realça o documento. O consumo privado tem sido um motor importante, uma vez que, segundo o INE, as vendas no retalho (excluindo combustíveis) cresceram 4,4% em termos homólogos até março de 2026, com os bens não alimentares a avançarem 5,1% e os alimentares 3,6%, reforça a JLL.

A boa performance do final de 2025 prolongou-se para 2026, com forte procura nos eixos de comércio de rua de Lisboa e Porto. Em Lisboa, o turismo e a restauração mantêm o setor ativo, enquanto que no Porto, a presença crescente de marcas internacionais reforça a atratividade, diz a consultora. O aquecimento da procura pressiona as rendas prime para máximos históricos, destaca ainda a JLL, já que no 1.º trimestre de 2026, registaram-se rendas de 155 euros por metro quadrado no Chiado e 90 euros/m² na Rua de Santa Catarina, no Porto. Tam-



Em Portugal, o impulso do investimento tem sido visível nos ativos prime e no segmento alimentar.

bém os supermercados viram rendas em subida, atingindo cerca de 16 euros/m² para unidades standalone, espelhando o apetite dos investidores por formatos de proximidade e conveniência, sublinha a consultora.

As perspetivas para 2026 mantêm-se positivas, de acordo com a JLL. Espera-se que continue a procura por ativos de qualidade, crescimento do retalho experiencial e maior convergência entre canais físicos e digitais. De

acordo com a consultora, centros e parques comerciais deverão continuar a captar a maior fatia do investimento, com o segmento alimentar a ganhar peso entre investidores e operadores.



CPME

Caixa de Previdência do Ministério da Educação

ASSOCIAÇÃO PÚBLICA

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto no n.º 2, alínea a) e no n.º 3 do artigo 18.º e da alínea h) do artigo 20.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 35781 de 5 de agosto de 1946, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 193/97, de 29 de julho, convoco a Assembleia Geral Extraordinária da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, a reunir em Primeira Convocação no dia 5 de junho de 2026, pelas 17h, na sede da Caixa – Praça D. Pedro IV, n.º 45 – 4.º andar, em Lisboa.

Caso não se encontrem presentes metade dos associados abrangidos pelas disposições estatutárias, convoco a mesma Assembleia a reunir em Segunda Convocação, no dia 5 de junho de 2026, pelas 17h 30m, podendo então deliberar com qualquer número de associados.

A ordem de trabalhos será exclusivamente:

APRECIAR, DISCUTIR E VOTAR A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 18.º DOS ESTATUTOS DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

O texto está disponível para análise no sítio da Internet da Caixa de Previdência do Ministério da Educação em www.cpme.pt

De acordo com as disposições estatutárias só podem fazer parte da Assembleia Geral os associados que se encontrem na situação prevista no artigo 15.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 35 781 de 5 de agosto de 1946, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 193/97, de 29 de julho.

Lisboa e Caixa de Previdência do Ministério da Educação, em 6 de maio de 2026

O SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Professor Doutor António Manuel Dias Farinha

Pingue-pongue de propostas de paz enquanto Trump suspende ataque militar

EUA-IRÃO Documento enviado por Teerão, no domingo, não terá dado sinais de cedência, mas presidente norte-americano preferiu não voltar, para já, à guerra, invocando um apelo de líderes árabes.

TEXTO CÉSAR AVÓ

Oitenta dias foi o tempo de que dispôs Phileas Fogg e o seu ajudante Passepartout para darem a volta ao planeta plena de aventuras e ganharem uma aposta – no mundo ficcional de Júlio Verne. Oitenta dias volvidos do início da guerra desencadeada pelos Estados Unidos e Israel ao Irão e as consequências do conflito congelado agravam-se não só para o país visado, mas para todos os restantes devido ao duplo bloqueio do estreito de Ormuz. E, se hoje as apostas são cada vez mais populares, inclusive sobre o destino de guerras como esta, ninguém consegue prever como e quando se dará o desfecho do que Teerão designou de “aventureirismo militar” de Donald Trump. “Não há solução fácil”, disse a vice-ministra da Defesa francesa Alice Rufo sobre o bloqueio do estreito de Ormuz. “Este conflito dura e vai continuar. Depende da capacidade dos iranianos e dos norte-americanos para voltarem à mesa de negociações.”

Resposta de Teerão

O Irão respondeu no domingo aos Estados Unidos com a sua própria versão de 14 pontos do plano de paz, mas a parte norte-americana não vê progressos suficientes. Isto quando Israel e EUA voltam a desenvolver contactos para a eventualidade de se regressar às hostilidades. “É hora

de os iranianos darem um gesto de boa vontade. Precisamos de uma conversa real, sólida e detalhada [sobre o programa nuclear]. Se isso não acontecer, teremos uma conversa através de bombas, o que seria lamentável”, disse uma fonte da administração dos EUA ao Axios.

Na véspera, ao mesmo *site*, Donald Trump voltou a ameaçar o regime iraniano. “O tempo está a passar. É melhor que se mexam rapidamente ou não lhes restará nada.” O presidente dos EUA repetiu que quer chegar a acordo, mas que os iranianos estão longe de um ponto comum e que, se não houver entendimento, os EUA iria atingir o Irão “muito mais duramente do que antes”. A mesma ideia foi repetida na rede

Teerão quer ver levantado o bloqueio aos seus portos e não quer entrar em detalhes sobre o programa nuclear, enquanto os EUA fazem depender a paz da questão nuclear.

Truth Social, onde acrescentou em maiúsculas: “O tempo é essencial!”, depois de há três semanas ter dito ter “todo o tempo do mundo”.

A mediação paquistanesa, ao informar que passou a mensagem para Washington, também se referiu ao tempo, ou à falta dele. “Não têm muito tempo”, disse uma fonte à Reuters, referindo-se às duas partes, as quais, criticou ainda, “continuam a mudar os seus objetivos”.

À agência noticiosa iraniana Tasnim, uma fonte junto da equipa de negociações descreveu a proposta focada nas negociações e nas medidas de reforço da confiança. Ou seja, Teerão quer negociar o fim da guerra na região – incluindo o Líbano – e deixar outras questões, caso do programa nuclear, para uma segunda fase. Em conferência de imprensa na segunda-feira, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Irão disse terem sido transmitidas as “preocupações” à parte norte-americana.

Esmael Baghaei defendeu as exigências do Irão, o que inclui o descongelamento dos ativos congelados no estrangeiro, a suspensão de sanções, e o pagamento de indemnizações por parte dos EUA. “Os pontos levantados são exigências iranianas que têm sido firmemente defendidas pela equipa iraniana de negociação em cada ronda de negociações”, afirmou.

Um F-35 em reabastecimento aéreo durante a Operação Fúria Épica, no início de abril.

FORÇA AEREA DOS EUA

Regime iraniano libertou a Prémio Nobel da Paz, mas aumentou a repressão política.

EPA/ABEDIN TAHERKHAHREH

Segundo a fonte da administração dos EUA citada pelo Axios, a nova proposta iraniana detalha mais sobre o compromisso de não desenvolver uma arma nuclear, porém não se compromete sobre a suspensão do enriquecimento de urânio ou a entrega do seu *stock* de urânio altamente enriquecido.

Na sexta-feira, na China, o presidente dos EUA disse estar aberto a um acordo desde que o Irão

concordasse com uma pausa de 20 anos na atividade nuclear e desse em troca uma “garantia real”. No domingo, a agência iraniana Fars noticiou que a lista de exigências de Washington incluía a de que o Irão mantivesse em operação apenas uma instalação nuclear e transferisse o *stock* de urânio para os EUA. Porém, disse, os EUA recusaram-se a libertar “nem sequer 25%” dos ativos congelados do Irão ou a



Exército libanês em patrulha – o Irão exige o fim da guerra no Líbano entre Israel e Hezbollah.

pagar indenizações por danos de guerra, e que só cessariam as hostilidades quando Teerão se envolvesse em negociações de paz formais.

Segundo a PressTV, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Kazem Gharibabadi, em reunião com os deputados da comissão de segurança nacional, listou os pontos essenciais das exigências iranianas, o que inclui ainda a retirada das forças dos EUA em tor-

no do Irão e o levantamento do bloqueio naval norte-americano.

Este será o ponto de atrito central: os EUA querem que as negociações incidam de início na questão nuclear para poderem manter o bloqueio naval e o Irão deseja levantar o bloqueio e adiar as conversações sobre o programa nuclear. “Esta é uma lacuna estrutural profunda: o Irão procura uma apólice de seguro a longo prazo após a retirada dos EUA do acordo nuclear em 2018, enquanto Washington pretende usar a pressão militar e as sanções para obter o máximo de concessões”, comentou o analista Javad Heiran-Nia à Al Jazeera.

Opções de Trump

Na segunda-feira, ao tabloide *New York Post*, o presidente dos EUA mostrou-se prudente. Disse mais do que uma vez que não podia falar e rejeitou a abertura anunciada na sexta-feira sobre a moratória do programa nuclear. “Neste momento não estou aberto a nada.” Disse também que o regime iraniano vai “em breve saber o que vai acontecer”.

Corriam notícias de que Trump deveria reunir-se hoje com os seus conselheiros e com as chefias militares e dos serviços de informações para avaliar as opções em cima da mesa. Mas, numa mensagem no Truth Social, este disse ter suspenso “um ataque militar” que estaria previsto acontecer hoje em resultado de um apelo do emir do Qatar, do príncipe da Arábia Saudita e do presidente dos Emirados Árabes Unidos – ao qual acedeu devido ao respeito “pelos mencionados líderes”. Disse ainda que, na opinião de Tamim bin Hamad al Thani, Mohammed bin Salman e Mohamed bin Zayed, um acordo será concluído e incluirá a proibição de armas nucleares ao Irão.

“Não faremos o ataque programado ao Irão amanhã [hoje], mas instruí [secretário da Guerra Pete Hegseth e chefe do Estado-Maior conjunto Dan Caine] a estarem preparados para avançar com um assalto total e em grande escala ao Irão, num instante, caso não seja alcançado um acordo aceitável”, escreveu Trump.

Na sexta-feira, o *New York Times* avançou com a notícia de que EUA e Israel estão em preparações intensas tendo em vista o fim do cessar-fogo. As opções incluem lançar uma campanha de bombardeamento mais intensa contra alvos militares e infraes-

Israel impede furo ao bloqueio a Gaza

Militares israelitas abordaram várias embarcações em águas internacionais junto de Chipre na segunda-feira, enquanto a flotilha tentava navegar para a Faixa de Gaza, informou o movimento internacional de ativistas Flotilha Global Sumud. Mais de 50 embarcações partiram na semana passada de Marmaris, na Turquia, no que foi descrito pelos organizadores como a última etapa da viagem destinada a desafiar o bloqueio de Israel ao enclave palestino. A operação militar, que foi supervisionada pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e pelo ministro da Defesa Israel Katz, foi elogiada pelo primeiro, segundo o qual “frustrou eficazmente um plano malicioso destinado a quebrar o isolamento imposto aos terroristas do Hamas em Gaza”. Foram detidos dezenas de ativistas e levados para o porto israelita de Ashdod. Em comunicado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Turquia condenou a “intervenção das forças israelitas em águas internacionais contra a Flotilha Global, o que constitui um novo ato de pirataria”. A flotilha foi liderada pela ONG turca IHH, que é designada organização terrorista em Israel.

truturas, invadir a ilha de Kharg, o principal terminal de exportação de petróleo iraniano, e enviar equipas de operações especiais para extrair material nuclear. Esta última opção é tida como a mais arriscada, disseram fontes militares ao *NYT*.

Pressão em Ormuz

O Irão formalizou na segunda-feira a criação da Autoridade do Estreito do Golfo Pérsico, tendo o anúncio sido partilhado nas redes sociais pelo regime. Segundo a agência Fars, Teerão vai fornecer seguros para navios que atravessem o estreito de Ormuz e as águas circundantes do Golfo, com os pagamentos a serem efetuados em criptomoeda. Teerão acredita que a iniciativa pode render mais de 10 mil milhões de dólares por ano, uma forma de

ajudar a pagar pelas reparações aos bombardeamentos dos EUA e de Israel.

No mesmo dia, os Guardas da Revolução ameaçaram cobrar pelo uso dos cabos submarinos que atravessam o estreito de Ormuz, tendo lembrado que, caso deixem de funcionar, representam uma perda de até “centenas de milhões de dólares por dia” à economia mundial. Numa mensagem no Telegram, os Guardas invocaram a “soberania absoluta” do Irão sobre as suas águas territoriais, o que pode incluir “declarar que todos os cabos de fibra ótica que atravessam a via marítima estão sujeitos a licenças, vigilância e portagens”.

Isto enquanto o tráfego no estreito de Ormuz aumentou na semana passada, tendo regressado a níveis da média registada desde o início do conflito no Médio Oriente, após ter atingido um mínimo em tempo de guerra. Entre 11 e 17 de maio, 55 navios transportaram carregamentos de matérias-primas atravessaram esta via marítima estratégica entre 11 e 17 de maio, segundo os dados da empresa de monitorização marítima Kpler, atualizados até segunda-feira de manhã. Isto representa um forte aumento em relação à semana anterior, quando apenas 19 navios tinham atravessado o estreito.

Repressão acentua-se

Enquanto a Prémio Nobel da Paz Narges Mohammadi saiu do hospital de Teerão e pôde regressar a casa, depois de ter sido libertada sob caução no dia 10 e transferida para a unidade de cardiologia de um hospital em Teerão, o regime apertou ainda mais a malha repressiva, quer nas detenções, quer nas execuções.

Entre o primeiro dia de guerra e dia 9 de maio, a Agência de Notícias de Ativistas dos Direitos Humanos Hrana documentou 4023 encarceramentos sob acusações de espionagem, ameaças à segurança nacional ou partilha de informações com meios de comunicação estrangeiros. No que respeita às execuções, estão identificados 26 prisioneiros políticos enforcados desde 28 de fevereiro, 14 dos quais em consequência das manifestações de janeiro. Na segunda-feira, um relatório da Amnistia sobre a pena de morte afirma que 2159 iranianos foram executados em 2025, o maior número desde 1981.

Merkel recusa ser enviada da UE e critica falta de diálogo com a Rússia

GUERRA Antiga chanceler alemã diz que Europa não está “a aproveitar suficientemente o seu potencial diplomático” para pôr fim à guerra na Ucrânia, referindo que contacto de Trump com a Rússia é insuficiente. Putin e Zelensky querem um enviado europeu, mas falta escolher um nome.

TEXTO ANA MEIRELES

Angela Merkel criticou ontem a União Europeia por não estar a usar a sua influência diplomática para ajudar a colocar um ponto final à guerra na Ucrânia, tendo ao mesmo tempo recusado a possibilidade de liderar as negociações da Europa com a Rússia. “Penso que o apoio militar que temos prestado até agora é absolutamente correto. Também acho correto que façamos muito mais para criar um efeito dissuasor para além do nosso apoio à Ucrânia”, disse a antiga chanceler alemã numa conferência da emissora pública WDR. “O que lamento é que, na minha opinião, a Europa não esteja a aproveitar suficientemente o seu potencial diplomático”.

Na opinião de Merkel, “a diplomacia sempre foi o reverso da medalha, mesmo durante a Guerra Fria”, sublinhando consi-

derar importante a existência de “dissuasão militar aliada à atividade diplomática”.

Olhando para o atual panorama diplomático, a antiga governante alemã declarou que “não basta que Trump mantenha contacto com a Rússia”, referindo que “nós também somos alguém, como europeus”. “Subestimar Putin seria um erro, mesmo agora. E não ter confiança em nós próprios seria um erro igualmente grande”, alertou.

Com os Estados Unidos mais concentrados no conflito com o Irão – apesar dos recentes encontros entre os mediadores norte-americanos e a delegação ucraniana – tem crescido a pressão sobre a Europa para nomear um negociador para conversações de paz na Ucrânia. Pressão vinda tanto de Moscovo como de Kiev. Vladimir Putin sugeriu Gerhard Schröder para a tarefa, mas as li-

gações do antigo chanceler alemão ao Kremlin levaram a que o seu nome fosse imediatamente rejeitado. Volodymyr Zelensky – que nos últimos meses referiu repetidamente a necessidade de a Europa participar no processo de paz – disse no domingo à noite ter falado com o presidente do Conselho Europeu, António Cos-

Além de Merkel, Kaja Kallas é um dos nomes falados para representar a Europa, mas a líder da diplomacia da UE poderá ser rejeitada por Putin devido à sua posição anti-Rússia.

ta, e que ambos concordaram “que a Europa deve estar envolvida nas negociações”. “É importante que tenha uma voz forte e presença neste processo, e vale a pena determinar quem representará especificamente a Europa”, disse o presidente ucraniano.

A questão é quem poderá ser esse negociador, que iria representar, além dos 27, outros aliados europeus da Ucrânia que não fazem parte da UE, como o Reino Unido ou a Noruega. Um dos nomes falados para essa posição tem sido precisamente o de Merkel, que serviu como mediadora (a par do francês Emmanuel Macron) entre Putin e Zelensky em 2019 por causa do conflito entre as duas partes no leste da Ucrânia. Em 2014 e 2015, Merkel e o francês François Hollande também já tinham mediado os Acordos de Minsk sobre o Donbass, que nunca foram respeitados por Moscovo.

Ontem, a alemã esclareceu que ainda não tinha sido contactada nesse sentido, mas que também não estava disponível para a tarefa. “Só conseguimos realizar estas negociações com o presidente Putin porque tínhamos poder político, porque éramos chefes de Governo”, disse Merkel. “É preciso ter esse poder. E eu, pessoalmente, nunca teria pensado em pedir a um mediador que fosse a Minsk por mim e conversasse com Putin... É preciso tomar as rédeas da situação.”

A líder da diplomacia da UE é outro dos potenciais candidatos, mas a sua postura anti-Rússia levaria a que fosse rejeitada por Putin. No entanto, Kaja Kallas, que sempre se mostrou contra a possibilidade de diálogo com Moscovo, tem-se mostrado mais aberta à ideia de um enviado, tendo adiantado recentemente que o tema será discutido pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE no final do mês.

BREVES

Magyar espera acordo com UE para a semana

O primeiro-ministro húngaro, Péter Magyar, afirmou que o seu governo ia iniciar ontem uma nova ronda de negociações sobre a libertação de fundos da União Europeia suspensos por Bruxelas durante o mandato do seu antecessor, Viktor Orbán. O líder do novo governo da Hungria, que tomou posse no dia 9, disse ter esperança de chegar a um acordo sobre as reformas na próxima semana. Magyar prometeu recuperar 17 mil milhões de euros em fundos da UE bloqueados durante o governo de Orbán, devido a preocupações com a corrupção e o Estado de direito, sendo que 10 mil milhões de euros do Mecanismo de Recuperação e Resiliência correm o risco de expirar no final de agosto.

EUA mantêm ambição sobre a Gronelândia

O primeiro-ministro da Gronelândia, Jens-Frederik Nielsen, afirmou ontem que a posição dos Estados Unidos em relação ao território semiautónomo da Dinamarca não se alterou, uma declaração feita após um encontro com o enviado de Donald Trump à ilha, Jeff Landry. “Reiteramos claramente que o povo da Gronelândia não está à venda e que os groenlandeses têm o direito à autodeterminação. Este não é um assunto para negociação”, afirmou Nielsen, acrescentando que a reunião com Landry foi “construtiva”, mas provou que “não há sinal de que algo tenha mudado” nos planos dos Estados Unidos para controlar o território.



Merkel diz que a mediação de Trump é insuficiente.



Putin com Xi em Pequim a 16 de maio de 2024.

WWW.KREMLIN.RU

Putin com “grandes expectativas” para o seu encontro com Xi

DIPLOMACIA Presidente russo estará hoje e amanhã na China, onde se irá encontrar com homólogo chinês. A visita, que se realiza menos de uma semana depois da ida de Donald Trump a Pequim, servirá para os dois líderes “criarem novo impulso” na parceria bilateral especial que têm.

TEXTO ANA MEIRELES

Vladimir Putin visita hoje e amanhã a China com “grandes expectativas” de que o momento será usado por Moscovo e Pequim para desenvolver a “parceria privilegiada”, referiu ontem o Kremlin. Esta viagem do presidente russo realiza-se menos de uma semana depois do seu homólogo norte-americano, Donald Trump, ter estado também em Pequim para um encontro com o líder chinês, Xi Jinping.

“Temos grandes expectativas para esta visita”, afirmou o porta-voz da presidência russa, Dmitry Peskov, garantindo que a Rússia não irá competir com os Estados Unidos pela composição da delegação de Putin na sua visita à China, e que incluirá “todos os vice-primeiros-ministros relevantes, muitos ministros e chefes

de empresas estatais e privadas que operam na China”.

De recordar que Trump, na semana passada, além de vários membros da sua administração, como o secretário de Estado Marco Rubio, chegou a Pequim acompanhado de 17 executivos, na sua maioria de empresas tecnológicas e financeiras, como o CEO da Nvidia, Jensen Huang, o líder da Apple, Tim Cook, e o fundador da Tesla, Elon Musk.

As relações entre a China e a Rússia têm-se aprofundado nos últimos anos, particularmente desde o início da invasão da Ucrânia, que deixou Moscovo isolada e dependente de Pequim para o comércio devido às sanções ocidentais – a China é o maior comprador mundial de combustíveis fósseis russos, incluindo produtos petrolíferos,

A China é o maior comprador mundial de combustíveis fósseis russos, incluindo produtos petrolíferos, alimentando assim a máquina de guerra de Moscovo, que ficou muito dependente de Pequim com as sanções ocidentais decretadas por causa da invasão da Ucrânia.

alimentando assim a máquina de guerra. Por outro lado, a China refuta as acusações de entregar componentes militares para a indústria de defesa russa

O Kremlin reforçou ontem que qualquer contacto entre Putin e Xi ajuda a criar um novo impulso para o desenvolvimento e a expansão das relações entre Moscovo e Pequim, sublinhado que a visita desta semana não deverá ser uma exceção. “Os contactos entre os líderes dos dois países contribuem para criar um novo impulso para o desenvolvimento e a expansão das relações”, notou Peskov. “Estamos a desenvolver as nossas relações independentes e multifacetadas com a China, que nós e os nossos amigos chineses consideramos uma parceria estratégica privilegiada e especial”.

Lai aberto a falar com Donald Trump

Taiwan veria com agrado uma chamada telefónica direta entre o presidente Lai Ching-te e o seu homólogo dos Estados Unidos, algo que não acontece desde 1979, quando Washington transferiu o reconhecimento diplomático de Taipé para Pequim, disse ontem o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Chen Ming-chi, numa altura em que Taipé tenta atenuar as preocupações com as declarações feitas por Donald Trump após a sua cimeira com o líder chinês Xi Jinping, na semana passada. Depois do encontro, Trump disse várias coisas sobre Taiwan, nomeadamente o estar indeciso sobre novas vendas de armas norte-americanas à ilha, sugerindo que poderia falar com Lai e que os EUA “não queriam que alguém dissesse: ‘Vamos tornar-nos independentes’”.

Peskov foi questionado sobre se em cima da mesa estará a discussão sobre o futuro gasoduto Força da Sibéria 2, que poderá vir a fornecer 50 mil milhões de metros cúbicos adicionais por ano a partir do Ártico russo, passando pela Mongólia, até à China, referindo apenas que “todas as questões que constam da agenda económica das nossas relações bilaterais serão naturalmente abordadas”. No âmbito da visita, Putin deverá também realizar conversações separadas sobre cooperação económica e comercial com o primeiro-ministro Li Qiang, segundo já havia sido adiantado anteriormente pelo Kremlin.

Do lado de Pequim, o sentimento é semelhante ao de Moscovo, como referiu ontem Guo Jiakun, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China. “Os dois lados aproveitarão esta visita como uma oportunidade para continuar a promover o desenvolvimento das relações China-Rússia a um nível mais elevado, o que injetará maior estabilidade e energia positiva no mundo”, disse Guo, citado pela agência de notícias estatal chinesa Xinhua. De notar que Vladimir Putin já fez mais de 20 viagens à China e encontrou-se com Xi Jinping mais de 40 vezes.

Feijóo e Sánchez fazem contas ao futuro após desaire na Andaluzia

ESPAÑA PP perdeu a maioria absoluta e volta a ficar dependente do Vox. Já o PSOE tem o pior resultado de sempre na comunidade autónoma que governou durante mais de três décadas. Próxima ida às urnas será só dentro de um ano, mas a campanha já está lançada.

TEXTO SUSANA SALVADOR

As eleições autonómicas na Andaluzia deixaram um cenário que começa a ser habitual em Espanha: um Partido Popular (PP) aquém da maioria absoluta e dependente de uma reforçada extrema-direita do Vox, com os socialistas (PSOE) a terem o pior resultado de sempre num campo onde a esquerda surge dividida. Um desaire tanto para o líder da oposição, Alberto Núñez Feijóo, como para o primeiro-ministro, Pedro Sánchez, que terão agora tempo para digerir estes resultados e pensar no futuro.

O calendário eleitoral espanhol entra agora em pausa (caso não haja surpresas), com a próxima ida às urnas prevista só para maio de 2027 – para as eleições locais em todo o país e as autonómicas em sete comunidades (sendo Madrid o maior trunfo em jogo). As eleições gerais têm que se realizar até final de agosto do próximo ano e Sánchez insiste que não serão antecipadas, apesar dos problemas que rodeiam a coligação de governo (e os vários bloqueios dos aliados) e as polémicas à volta do primeiro-ministro (incluindo na sua família).

Mas, apesar de as eleições ainda estarem longe, o líder da oposição defende que “a campanha para conseguir a mudança em Espanha começa hoje”. Feijóo prometeu uma “mudança de direção, com valores e com programa” se conseguir chegar ao poder. Mas não fez referência ao Vox, apesar dos múltiplos desaires eleitorais que sofreu.

Na Andaluzia o resultado foi semelhante ao já registado na Extremadura (21 de dezembro), em Aragão (7 de fevereiro) e Castela e Leão (15 de março). A principal diferença é que o líder andaluz, Juanma Moreno, foi a votos com maioria absoluta e a maior parte das sondagens previam que iria repetir esse resultado. Mas, apesar de o PP ter conseguido quase



Juanma Moreno venceu as eleições, mas o PP perdeu a maioria absoluta que tinha.

EP/RAUL CHARO

mais 150 mil votos do que em 2022, perdeu cinco deputados e a maioria. Precisava de 55 representantes e só elegeu 53. Moreno, que durante a campanha alertou para a complicação de governar em minoria, alega agora que tem condições para o fazer. Mas abriu a porta a um acordo com o Vox para garantir a investidura (não para governar).

O partido de extrema-direita conquistou mais um deputado do que há quatro anos (passou de 14 para 15). Um resultado aquém do esperado, mas suficiente dada a perda de maioria de Moreno. O Vox, que não deixa claro se vai exigir entrar no governo, faz contudo depender o seu apoio da ideia de “prioridade nacional”, que tem vindo a forçar nas outras comunidades autonómicas em que o PP precisou dos seus votos. Na prática, quer a garantia de que os espanhóis (e não os imigrantes) têm prioridade no acesso aos serviços públicos e à habitação.

À esquerda, o cenário não é mais fácil, mas o PSOE está a ten-

tar que os maus resultados dos últimos meses não prejudiquem o partido nas próximas eleições legislativas. Na Andaluzia, onde apostaram na ex-ministra María Jesús Montero e onde governaram durante mais de três décadas, os socialistas tiveram o pior resultado de sempre, perdendo dois deputados (de 30 para 28). Isto apesar de terem tido quase mais 60 mil votos (o aumento da participação de 56,13% para 64,84% explica esta contradição).

Esquerda foi o campo que mais cresceu, mas apenas por causa dos nacionalistas regionais do Avante Andaluzia, que conquistaram mais seis representantes.

O PSOE não fez qualquer auto-crítica, optando por dizer que o PP fica cada vez mais dependente do Vox – quando Feijóo está há anos a tentar distanciar-se. Mas os eleitores estão a mostrar que não têm “medo” da extrema-direita e Sánchez poderá ter que repensar a sua estratégia para 2027. Tal como o resto da esquerda.

Apesar de esse ter sido o campo que mais cresceu na Andaluzia (subiu de 37 para 41 deputados, enquanto a direita, em conjunto, caiu de 72 para 68), foi graças ao desempenho dos nacionalistas regionais do Avante Andaluzia. Tiveram quase mais 250 mil votos e conquistaram seis representantes, subindo para os oito. Já a aliança Por Andaluzia (que inclui o Sumar, o Podemos e a Esquerda Unida, que ainda não acordaram ir a votos juntas em 2027) perdeu 20 mil votos em quatro anos e manteve os mesmos cinco representantes. O Sumar quer agora acelerar a eleição do líder, depois de Yolanda Díaz ter anunciado que não irá a votos.

“Eu não vou desistir”, insiste Starmer

O primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, deixou ontem claro que não pretende estabelecer um calendário para a sua saída do número 10 de Downing Street. “Eu não vou desistir”, insistiu o líder trabalhista, no dia em que o *mayor* da Grande Manchester, Andy Burnham, lançou a sua candidatura a deputado por Makerfield – de olhos postos na chefia do partido e do governo.

“Quero disputar as próximas eleições”, reiterou Starmer, admitindo que os últimos dez dias (desde a derrota dos trabalhistas nas eleições locais) não têm sido fáceis, mas defendendo que está focado em concluir o trabalho para o qual foi eleito. E que, apesar das especulações, ainda ninguém desencadeou uma corrida à liderança.

Burnham lançou a sua candidatura, mas às eleições de Makerfield – depois de o deputado local Josh Simons se ter demitido para abrir a porta do Parlamento britânico ao “rei do Norte” (como é conhecido). É o primeiro passo para poder desafiar a liderança de Starmer, tendo ainda que ganhar as eleições (e o partido ainda não confirmou a sua candidatura). “Um voto em mim é um voto para mudar o Labour”, defendeu.

O primeiro-ministro admitiu que as eleições em Makerfield são muito importantes, mas na disputa entre o Partido Trabalhista e o Reform UK de Nigel Farage. “É uma luta muito importante. Apoiarei a 100% qualquer que seja o candidato”, disse Starmer, que em fevereiro tinha travado outra tentativa de Burnham de ser eleito deputado (agora já disse que não o iria fazer). **ss.**



O líder do PAICV, Francisco Carvalho, celebra a maioria absoluta.

ELTON MONTEIRO / LUSA

PAICV vence em Cabo Verde: "A democracia saiu robustecida"

LEGISLATIVAS Ulisses Correia e Silva, no poder desde 2016, foi derrotado nas urnas e demitiu-se da liderança do Movimento pela Democracia. "Os cabo-verdianos passaram uma mensagem clara: chegou a hora de mudar a gestão do país", disse Francisco Carvalho, líder do PAICV.

TEXTO SUSANA SALVADOR

O presidente de Cabo Verde, José Maria Neves, disse ontem que a democracia no país ficou mais forte, após mais um processo eleitoral tranquilo. "O povo, soberanamente, falou. É o principal vencedor. Cabo Verde está, mais uma vez, de parabéns. A democracia saiu robustecida", escreveu nas redes sociais, após o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), liderado por Francisco Carvalho, ter vencido o Movimento pela Democracia (MpD), do primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva, que admitiu a derrota e demitiu-se da liderança partidária.

"Os cabo-verdianos passaram uma mensagem clara: chegou a hora de mudar a gestão do país", disse Francisco Carvalho na declaração de vitória, na sede do

PAICV, na cidade da Praia, congratulando-se com a maioria absoluta e o regresso ao poder, dez anos depois. O partido elegeu 37 deputados, com o MpD a ficar-se pelos 33. A União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) elegeu dois deputados.

"Podem esperar de nós tudo o que prometemos, com exceção do que depender de alterações constitucionais, porque o MpD não vai colaborar quanto a isso", acrescentou Francisco Carvalho, falando de uma vitória para a qual a equipa trabalhou e de "um projeto construído a partir da necessidade dos cabo-verdianos". Entre as promessas eleitorais está o acesso gratuito à universidade pública, assim como aos cuidados de saúde, além de viagens domésticas de barco a 500 escudos (4,53 euros) e de avião a

5.000 escudos (45,35 euros). "Não vamos invocar desculpas para não cumprir", disse.

Francisco Carvalho falou já depois de Ulisses Correia e Silva admitir a derrota. "Telefonei ao presidente do PAICV a felicitá-lo



Ulisses Correia e Silva
Primeiro-ministro de Cabo Verde

pelo resultado e a desejar-lhe sucessos na governação", disse o primeiro-ministro ainda na noite de domingo, no discurso da derrota na sede nacional do MpD, na cidade da Praia.

Correia e Silva, que cumpriu dois mandatos e estava à frente do governo desde abril de 2016, disse que o MpD assumirá o seu papel na Assembleia Nacional como "oposição responsável", comprometendo-se a continuar a servir Cabo Verde e a assegurar uma transição governativa tranquila. "A passagem de pastas será assegurada com normalidade, como deve ser em democracia, garantindo uma transição tranquila e pacífica, demonstrando mais uma vez que Cabo Verde é uma democracia madura e respeitosa as regras institucionais", afirmou.

O primeiro-ministro, Luís Montenegro, saudou o vencedor e o "apego democrático de todos os cabo-verdianos". E reiterou "a plena disponibilidade de Portugal para continuar a trabalhar e a cooperar com um país irmão".

Perante os resultados, o líder do MpD indicou que irá apresentar a demissão da presidência do partido, para permitir a eleição de uma nova liderança. "Não vou colocar o meu lugar à disposição, vou apresentar a minha demissão como presidente do MpD, para que o partido possa escolher um novo presidente, novos órgãos e novos dirigentes, entrando numa nova fase", declarou, defendendo a renovação interna. "As pessoas passam, as instituições continuam", disse.

"A vida continua. Terminadas as eleições, devemos regressar à normalidade, transmitir ao país uma mensagem de tranquilidade e centrar-nos no essencial, que é fazer o país avançar", afirmou. O líder do MpD considerou ainda que o desenvolvimento do país não depende apenas de quem governa, mas também dos cidadãos, das organizações e das instituições. "Há vida para além da política. Foram vários anos de dedicação, como primeiro-ministro, presidente da Câmara da Praia, deputado e membro do Governo. É tempo de dar lugar a outros", disse ainda sobre o fim do ciclo político.

O primeiro-ministro português, Luís Montenegro, felicitou Francisco Carvalho pela vitória. "Nesta nova fase que agora se inicia saúdo o apego democrático de todos os cabo-verdianos e reitero a plena disponibilidade de Portugal para continuar a trabalhar e a cooperar com um país irmão", escreveu no X. "Além da força dos laços que nos unem, partilhámos também prioridades comuns: mais desenvolvimento, mais prosperidade e mais crescimento. Por Portugal e por Cabo Verde." Com LUSA

O “Special One” ainda pesa nas grandes decisões

FUTEBOL José Mourinho continua associado aos contextos de maior exigência do futebol europeu, numa altura em que liderança, autoridade e capacidade de reorganização voltam a ganhar valor. Controverso, o treinador português é amado e criticado pelos grandes do futebol europeu.

TEXTO CECÍLIA CARMO

José Mourinho continua a ocupar um lugar singular no futebol europeu. Aos 63 anos, o treinador português permanece entre os nomes mais respeitados e observados do panorama internacional, num momento em que os grandes clubes procuram mais do que um técnico capaz de ganhar jogos: procuram liderança, estabilidade e capacidade de reorganização competitiva. O percurso do treinador português, construído ao longo de mais de duas décadas ao mais alto nível, ajuda a explicar porque continua a ser associado aos contextos de maior exigência do futebol europeu.

O estatuto de “Special One”, expressão que o próprio utilizou em 2004, na apresentação no Chelsea, permanece associado à imagem de um treinador habituado a trabalhar sob pressão e a responder em cenários de elevada exigência competitiva. Mourinho construiu uma reputação de liderança forte, exigência interna e capacidade para devolver identidade competitiva a equipas sujeitas a grande escrutínio mediático e desportivo.

O Real Madrid é um desses contextos. O clube espanhol atravessa um período de exigência particularmente elevada depois de uma temporada abaixo das expectativas habituais do Santiago Bernabéu. A perda do campeonato espanhol, a eliminação da Liga dos Campeões e as alterações no comando técnico aumentaram a pressão sobre o projeto desportivo do clube. Num emblema historicamente habituado a competir por todos os títulos, épocas sem grandes conquistas tendem a gerar reflexão interna sobre liderança, organização e rumo competitivo.

Apesar de continuar a reunir

alguns dos jogadores mais valorizados do futebol mundial e de manter uma estrutura financeira e institucional sólida, o Real Madrid vive um período de redefinição desportiva. Sob a liderança de Florentino Pérez, o clube continua a procurar equilíbrio entre renovação geracional, competitividade imediata e manutenção da identidade vencedora que marcou a sua história recente. Neste contexto, o nome de Mourinho mantém peso simbólico entre observadores do futebol espanhol pela memória da sua primeira passagem pelo clube. Mas também suscita críticas. Jorge Valdano, por exemplo, considera que

não vai ser o português a salvar o clube espanhol. O antigo treinador e diretor do Real está cético em re-

lação à vontade do presidente do clube. Florentino Perez convocou eleições antecipadas, os jogadores Tchouaméni e Valverde envolveram-se em altercações durante um treino e até o treinador Arbeloa trocou publicamente palavras duras com um dos ativos mais valiosos do clube – o francês Mbappé.

Um cenário muito diferente do que o que Mourinho encontrou na primeira passagem por Madrid.

Entre 2010 e 2013, o técnico português assumiu um Real Madrid pressionado pela hegemonia do Barcelona orientado por Pep Guardiola e conseguiu desenvolver competitividade imediata ao clube espanhol.

Nesse período, conquistou uma Taça do Rei, uma Supertaça de Espanha e, sobretudo, a Liga espanhola de 2011/12, concluída com 100 pontos e 121 golos marcados, números que estabeleceram recordes na competição à época. Mais do que os títulos, a sua

O estatuto de “Special One”, como se referiu a si próprio, permanece associado à imagem de um homem habituado a trabalhar sob pressão e a responder em cenários de elevada exigência competitiva no futebol europeu.

passagem ficou associada à recuperação de uma cultura competitiva intensa num dos períodos mais exigentes da rivalidade entre Real Madrid e Barcelona.

A ligação de Mourinho ao Benfica tem uma natureza diferente, mas igualmente relevante. Foi precisamente no clube da Luz que o treinador português iniciou um dos primeiros capítulos da sua carreira principal

enquanto técnico, no início dos anos 2000. A passagem foi curta, mas marcou o início de um percurso que rapidamente ganharia dimensão internacional. O reencontro com o universo benfiquista décadas mais tarde trouxe um enquadramento distinto: já não como treinador emergente, mas como uma das figuras mais reconhecidas do futebol europeu.

No Benfica, Mourinho representa experiência internacional e conhecimento dos contextos de alta pressão.

A dimensão mediática do clube, a exigência competitiva e a necessidade permanente de lutar por títulos fazem da Luz um dos ambientes mais intensos do futebol português.

Nesse enquadramento, a experiência acumulada pelo treinador português ao longo da carreira surge como um fator de estabilidade e autoridade num clube onde a pressão sobre resultados é permanente.

Ao longo do percurso, Mourinho construiu um currículo raro no futebol contemporâneo.

Foi campeão europeu ao serviço do FC Porto, voltou a vencer a Liga dos Campeões pelo Inter de Milão, conquistou campeonatos nacionais em Portugal, Inglaterra, Itália e Espanha, e passou por clubes como Chelsea, Inter, Real Madrid, Manchester United, Tottenham, Roma e Fenerbahçe. Independentemente dos contextos, manteve praticamente inalterada uma característica central: a valorização de estruturas de trabalho claras, liderança forte e margem de influência sobre o projeto desportivo.



Mourinho construiu uma reputação de liderança forte em equipas mediáticas.

José María Gallego

“O adepto não é um cliente, é parte da alma do clube”

FUTEBOL O investidor espanhol analisa o crescimento da indústria no livro *O Futebol S.A.* que vai ser lançado em Portugal.

TEXTO **CECÍLIA CARMO**

Num momento em que o futebol vive cada vez mais da lógica financeira, dos direitos televisivos e dos grandes investimentos, José María Gallego defende que o crescimento da indústria não pode acontecer à custa do afastamento dos adeptos. Empresário, investidor e autor do livro *O Futebol S.A.*, o antigo proprietário do Amora FC e atual dirigente ligado ao Bétis falou com o DN sobre a transformação do futebol num ativo financeiro, a realidade do futebol português, o papel dos adeptos, os desafios dos investidores e a importância de preservar a identidade dos clubes.

O que o levou a escrever este livro? Porquê *O Futebol S.A.*?

Eu queria reivindicar um pouco, enquanto pessoa que está dentro da indústria, que o futebol não pode servir apenas como negócio e que aquilo que o sustenta é a paixão e a alma dos adeptos. No fim de contas, é um negócio que pode crescer, mas sem adeptos não é nada. Se não houver pessoas que vão ao estádio, que compram bilhetes e pagam a entrada, se não houver pessoas a ver o jogo na televisão, não há direitos televisivos nem receitas para os clubes. Este não é um livro contra a indústria, nem contra o facto de o futebol ser um negócio global em crescimento, mas sim um livro que pretende lembrar que não podemos esquecer a sua essência de clube enquanto alma social, enquanto comunidade. É tentar que não se esqueça verdadeiramente o adepto. **Como é que se consegue fazer com que uma indústria, de tan-**

tos milhões, consiga coexistir bem com essa paixão?

Respeitando os símbolos, aquilo que faz com que a comunidade sinta aquele clube como seu. Neste momento há mais de 250 clubes no mundo que pertencem a modelos onde um dono tem vários clubes em diferentes países. Se esse proprietário achar que gerir um clube na Bélgica é igual a gerir um em Portugal ou em Espanha, está a cometer um erro, porque no final cada clube tem a sua própria essência, as suas tradições, a sua cultura. Eu costumo dizer uma frase que resume tudo: o adepto não é um cliente. Os clubes de futebol não podem olhar para o adepto apenas como alguém a quem se vende um bilhete mais caro ou uma camisola nova todos os anos. O adepto faz parte do clube. A indústria chega a um teto de crescimento de cerca de 3,5% ou 4% ao ano em receitas. Mas, se nos esquecermos de quem sustenta essa



Durante quatro anos foi dono do Amora e investiu no crescimento do clube.



José María Gallego acredita que a centralização dos direitos televisivos em Portugal vai ajudar o futebol.

indústria e de quem a consome, o negócio cai.

Essa relação de que fala entre os adeptos e os donos, e o facto de os adeptos acabarem também por se sentir donos, consegue tê-la no Bétis e também teve no Amora?

O Bétis é um clube cuja propriedade é composta por um conjunto de empresários jovens que são do clube de nascença. Temos essa paixão. O adepto reconhece-nos como proprietários que preservam essa identidade.

No caso do Amora é diferente, porque eu chego ao Amora como investidor. Nunca tinha estado no Amora, não conhecia a cidade, não tinha nenhuma ligação emocional ou tradição, e invisto no clube. O meu objetivo aqui era, logicamente, pelo menos não perder dinheiro, criar valor, valorizar o clube para um dia vender – como acabou por acontecer. Desde o primeiro momento, aquilo que tentei fazer foi absorver a cultura do Amora: um clube centenário, com raízes muito fortes, um clube que chegou à Primeira Divisão, que tem uma comunidade muito forte.

Portugal é um mercado muito atrativo para investidores comprarem clubes, porque os clubes são relativamente baratos em comparação com outros mercados. E, para um país que não é muito grande, há uma enorme quantidade de talento para valorizar.

O futebolista português é muito valorizado no mercado, adapta-se bem, encaixa facilmente noutros campeonatos. Os treinadores têm um nível muito alto, existe uma excelente formação em Portugal, e isso faz com que fundos internacionais olhem para o país como

algo atrativo. Aliás, há um verdadeiro boom em Portugal na compra de clubes da Primeira, Segunda e até Liga 3.

Disse que é muito mais barato comprar clubes em Portugal do que noutros países. Qual é, proporcionalmente, a diferença de valores entre um clube com as características do Amora em Portugal e em Espanha?

Desde que comprei o Amora até à minha saída, a valorização de um clube da mesma categoria multiplicou-se por quatro. Só dentro de Portugal, em quatro anos.

Mas, comparativamente, um clube da Liga 3 em Portugal, face a um clube da mesma divisão em Espanha – e tentando fazer uma comparação que nunca é exata, porque cada clube tem as suas particularidades – pode custar cerca de três vezes mais em Espanha.

Em relação ao modelo de que falou há pouco, desta interação entre donos e adeptos, acha que isso é possível nos novos mercados, nomeadamente nos Estados Unidos e também nos países árabes?

O futebol nasce na Europa e noutros países do mundo como algo comunitário, algo de bairro, uma identidade local – em alguns casos muito ligada ao bairro, como acontece na Argentina ou noutras cidades, onde as pessoas se juntam em torno de um clube. A partir daí, o clube cresce, conquista títulos, gera receitas, cria histórias.

Nesses mercados é ao contrário: primeiro vem o dinheiro, depois nasce a paixão. O processo é inverso. Nesse sentido, ligas como a MLS ou a liga saudita, que hoje são ligas importantes e competem com a Europa e com o Brasil na

atração de talento, funcionam assim: chega o dinheiro, atraem-se jogadores, criam-se marcas, constroem-se bons estádios e, a partir daí, as pessoas apaixonam-se por uma marca e seguem-na.

Nestes países as pessoas seguem mais os jogadores enquanto ativos. E menos os clubes. O exemplo do Ronaldo é claro: tem mais de 600 milhões de seguidores nas redes sociais. O clube que tenha Ronaldo no plantel possui um ativo de marketing poderosíssimo para atrair marcas, patrocínios, receitas e adeptos em todo o mundo.

Como é que se consegue fazer evoluir o futebol num país como Portugal, quando existe um fosso tão grande entre os grandes clubes e os mais pequenos?

Se olharmos para o volume de espectadores da Liga portuguesa, comparando os três grandes com o resto, a diferença na proporção de adeptos e de assistência ao estádio é abismal.

A afluência média aos estádios do resto das equipas não ultrapassa os 2500 ou 3000 adeptos por jogo. Quem faz subir a média são os três grandes. Mas há uma situação que eu acho que pode mudar um pouco as coisas. Nunca será algo totalmente igualitário, mas pode ajudar os clubes mais pequenos da Primeira Liga – excluindo os grandes – a crescer: a centralização dos direitos televisivos.

Portugal, ao contrário de outros países, ainda não conseguiu alcançar esse acordo de centralização. E fala-se muito do Benfica, dizendo que é o clube que não quer, embora, sinceramente, nenhum queira verdadeiramente. E eu não justifico totalmente a posição dos grandes, mas também digo o seguinte: quando alguém sente que gera mais valor, pensa naturalmente “porque é que hei de ceder parte daquilo que é meu a quem gera muito menos?”. É uma postura egoísta, sim, mas também humana.

Benfica, Sporting e Porto nunca vão deixar de ser os maiores. Mas, se conseguirem tornar a Liga mais competitiva e distribuir um pouco melhor os direitos – não totalmente, mas um pouco mais –, esses clubes vão conseguir contratar melhores jogadores. Talvez alguns jogadores deixem de querer sair tão cedo de Portugal porque também têm aqui salários mais competitivos e boas condições. Não há praticamente nenhum país do mundo que, ano após ano, consiga exportar tantos jogadores e por valores tão elevados.

Uma ópera com um anjo a pairar para celebrar o 25 de Abril no Teatro Aberto

ESPETÁCULO O libreto é de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos e a música de Eurico Carrapatoso. A ópera *Por Todos Nós* partiu do romance *Os Memoráveis*, de Lídia Jorge, ao qual se juntou a figura de um anjo que atravessa a ação. Estreia amanhã e terá quatro récitas.

TEXTO CARLA ALVES RIBEIRO FOTOS PAULO SPRANGER

O *Memoráveis* é um “romance-chave” sobre o 25 de Abril e dá-se o caso de ter sido lançado no Teatro Aberto, em 2014. Quem o recorda é Vera San Payo de Lemos que, juntamente com João Lourenço, escreveu o libreto da ópera *Por Todos Nós* com base nesta história de Lídia Jorge. O Teatro Aberto respondeu assim ao convite do Ministério da Cultura para que as companhias “históricas” criassem uma obra para assinalar os 50 anos do 25 de Abril. E porquê uma ópera? Além do facto do teatro da Praça de Espanha, em Lisboa, permitir essas duas valências, teatro e música, a dramaturga sublinha outros aspetos. “Pelo lado grandioso que uma ópera tem, e pensando também que a música foi fundamental no 25 de Abril. Basta nos lembrarmos que foram duas canções que foram as senhas. E que no tempo a seguir, as pessoas estavam sempre a cantar. As pessoas estavam na rua e cantavam os hinos, as marchas. Havia muita música”.

O DN assistiu a um ensaio da ópera que estreia amanhã no Teatro Aberto e João Lourenço, o encenador da obra escrita pelo compositor Eurico Carrapatoso – e que será interpretada pela Orquestra Sinfónica Portuguesa sob a direção musical de João Paulo Santos –, anda no palco a dar indicações aos solistas e ao coro sobre como se posicionarem. No intervalo do ensaio ele explica que *Os Memoráveis* foi o romance que mais “cumplicidade” teve

com ele, com a forma como ele viveu a Revolução dos Cravos. “Foi aquele que dava mais a visão que eu tinha do 25 de Abril e que vi escrita. Até aí nunca tinha acontecido”. Além disso, sublinha o fundador deste teatro que faz este ano meio século, “achei que só se podia dar isto por música. Quando agora ouvi o final da ópera, senti pela primeira vez dentro de mim o que eu senti nessa altura, nesse dia. Com música entra-nos mais, toca-nos nuns sentidos que não é costume. Nem com as palavras. Sentimos muito mais com música e palavras”.

Pegar num romance de mais de 300 páginas e reduzi-lo a um libreto foi uma tarefa exigente, diz Vera San Payo de Lemos. “Um libreto tem de ser necessariamente muito, muito conciso. Portanto, temos de abdicar, de cortar, de reduzir, temos de con-

“Discutimos com a Lídia Jorge o título da ópera, porque para nós era muito claro que tinha de ter um título diferente do romance, porque era uma obra diferente”, diz Vera San Payo de Lemos.

densar tudo o que é descrito num romance. Temos de transformar uma estrutura narrativa, com muitas descrições, numa estrutura dramática”.

E foi isso que aconteceu, resultando numa ópera com epílogo, 16 cenas divididas em duas partes, e um prólogo. A dramaturga fala numa “recriação” da obra de Lídia Jorge. “Demos-lhe uma estrutura diferente, daí ser uma obra nova, com um título novo, que recria e reinventa o romance. Tem uma figura nova, um anjo, que aparece no prólogo e no epílogo, mas também atravessa toda a ação”.

Este anjo, explica João Lourenço, é a “cabeça” da protagonista, Ana Maria Machado (interpretada pela meio-soprano Cátia Moareso). Ela é uma jornalista portuguesa que vive nos Estados Unidos e que regressa a Portugal para realizar um documentário televisivo sobre um grupo de militares e civis ligados ao 25 de Abril, conhecidos como “os memoráveis”, que aparecem numa fotografia tirada num restaurante chamado Memories, em agosto de 1975. É a partir dessa imagem que Ana Maria Machado começa a investigar, entrevistando essas figuras três décadas após os acontecimentos.

“A ideia do anjo surgiu-nos, a mim e à Vera, porque ela [Lídia Jorge, no romance] diz às tantas que um anjo nessa altura passou por Lisboa. Nós queríamos que alguém dialogasse com a protagonista, com quem vai fazer a re-



O povo, representado pelo coro do Teatro Nacional de São Carlos é, para o compositor Eurico Carrapatoso, a personagem principal desta ópera.



portagem. E decidimos pôr um anjo que passou, por acaso. Como aqueles que estavam em Berlim, nos telhados. É um anjo que apareceu por ali, que está na cabeça dela. No fundo, o anjo é a cabeça dela”.

A figura do anjo, a que dá voz a soprano Mariana Castello-Branco, veio dar uma grande ajuda a Eurico Carrapatoso. “Este anjo da história foi um bálsamo para mim como compositor. A ideia

do anjo eleva-nos para outras esferas, onde normalmente se pensa habitar o elemento da própria composição, que é incorpóreo. E isso foi uma ajuda muito importante na minha imaginação. Este anjo que diz aquilo que ela, a protagonista, não tem coragem de dizer e que vai, num certo sentido, acompanhando a cena do princípio até ao fim”.

O compositor diz que a primeira versão do libreto que lhe foi en-



A cenografia é de João Mendes Ribeiro, os figurinos de Marisa Fernandes, a luz de Anabela Gaspar, a coreografia de Gisela Dória e o vídeo de João Gambino. Em cima, Cátia Moreso, que interpreta Ana Maria Machado, é acompanhada por Inês Constantino, meio-soprano que é Margarida Lota, e o barítono Ricardo Panela, que é Miguel Ângelo, o operador de imagem.

A meio-soprano Cátia Moreso protagoniza a história.

A soprano Mariana Castello-Branco, dá voz ao anjo.



tregue em outubro de 2024 era demasiado longa, mas que “negociou” uma segunda versão, mais “moderada”, ainda assim, um desafio. “Foi realmente um desafio muito grande, porque há 16 personagens principais na obra. Bem sei que há um núcleo fundamental de quatro, mas há mais 12 personagens muito importantes. É uma situação que candidata esta obra a um lugar no Guinness, porque, pelo meu



conhecimento – não estou a brincar, embora isto pareça uma brincadeira – esta deve ser a ópera com mais personagens principais, mas mesmo principais.”

Para o compositor, havia o perigo da “dispersão”. A abordagem foi então a criação de “uma família de temas condutores, citando aqui, sem querer ser pomposo, o *leitmotiv*, que é a ideia próxima à obra, tal como Wagner a encarou, mas que não está propriamente associada às diferentes personagens, são fios condutores que têm a ver com os temas psicológicos que pairam sobre a obra”, sublinha. Portanto, “há temas que regressam dando unidade e coerência interna, sob pena de estarmos a trabalhar uma coisa invertebrada e disforme”, explica. Uma orgânica “bem-sucedida”, diz Eurico Carrapatoso, mostrando-se satisfeito com o resultado depois de ter assistido à primeira parte do ensaio sem interrupções. Há na ópera antítonia [alternância entre dois grupos sonoros, numa espécie de diálogo] “entre os heróis, os Capitães de Abril, os fotógrafos, enfim, os intervenientes tratados no romance da Lídia Jorge, e o povo, que está em correlação com eles,

numa atitude de pergunta e resposta. O coro [do Teatro Nacional de São Carlos], que para mim, como compositor, é visto como a personagem principal”, diz Carrapatoso.

O processo de criação desta ópera decorreu sob o olhar de Lídia Jorge, revela Vera San Payo de Lemos. “Quando lhe dissemos que tínhamos esta ideia, ela ficou logo muito, muito, contente. Deu-nos carta branca para fazermos esta adaptação, esta recriação. E depois demos-lhe o libreto para ela ler, e ela gostou muito. Tal como o compositor, também nos pediu para ajustarmos uma coisinha aqui, uma coisinha ali, o que nós fizemos. E com ela também discutimos o título, porque para nós era muito claro que a obra tinha de ter um título diferente, porque era uma obra diferente.”

Por *Todos Nós* terá quatro récitas no Teatro Aberto. Após a estreia no dia 20, será apresentada nos dias 21 e 23 às 20h00, e no dia 24, domingo, às 16h00. O objetivo, no entanto, é que possa circular pelo país. Ainda sem salas ou datas fechadas, o teatro avança que Vila Real, Faro e Coimbra (no Convento São Francisco) são possibilidades.



Gilles Lellouche compõe a figura de Jean Moulin.

László Nemes, o realizador de *Moulin*, tornou-se conhecido em Cannes com *O Filho de Saul*, Grande Prémio do festival de 2015.

Cannes evoca a Resistência Francesa

FESTIVAL Graças a *Moulin*, novo filme do húngaro László Nemes, reencontramos uma personagem central na resistência à ocupação da França pelos nazis. Entretanto, a atriz Adèle Exarchopoulos brilha no filme *Garance*.

TEXTO JOÃO LOPES, EM CANNES

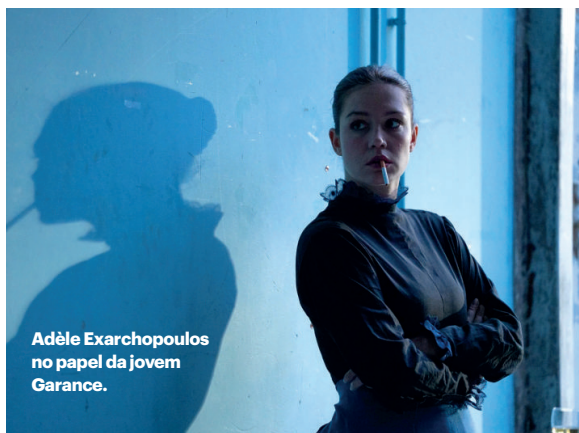
Se é verdade que o cinema pode ser um instrumento capaz de contribuir para um melhor conhecimento da história coletiva a que pertencemos, então importa sublinhar o inestimável valor de um filme como *Moulin*, de László Nemes, revelado na competição do Festival de Cannes. Nele se revisita a odisséia trágica de Jean Moulin (1899-1943), líder da Resistência Francesa durante a Segunda Guerra Mundial, capturado pelos nazis e morto na sequência das sessões de tortura a que foi sujeito.

Semelhante revisitação dramática não se limita a um processo de “reconstituição histórica”, expressão que, não poucas vezes, se limita a resumir um processo académico de acumulação de cenários e guarda-roupa a que, ingenuamente, se atribui um grau de incontestável

“veracidade”. Ora, o que está em jogo é bem diferente, envolvendo sempre o trabalho narrativo que é feito sobre os registos que a memória histórica disponibiliza.

A obra de Nemes, cineasta húngaro aqui a assinar o seu primeiro filme em língua francesa, não é estranha a tais questões. A sua internacionalização deu-se em Cannes, precisamente, quando apresentou *O Filho de Saul*, sobre um homem que, num campo de concentração, quer garantir que o seu filho tenha um enterro digno — o filme arrebatou o Grande Prémio do festival de 2015 e, mais tarde, o Óscar de Melhor Filme Estrangeiro.

O impacto emocional de *Moulin* resulta, no essencial, da dramatização em torno de duas personagens centrais: Moulin, claro, interpretado pelo francês Gilles Lellouche, e Klaus Barbie,



Adèle Exarchopoulos no papel da jovem *Garance*.

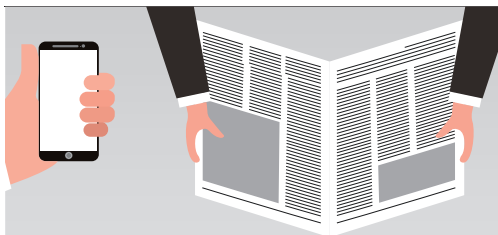
chefe da Gestapo em Lyon, a cargo do ator alemão Lars Eidinger — são ambos brilhantes e qualquer um deles merece estar na lista de candidatas a um prémio de interpretação. A constru-

ção dramática do filme em torno destes dois homens revela-se essencial para expor os valores de civilização que os separam e, nessa medida, a clivagem histórica em que se cruzam.

Francamente menos interessante é o novo filme do americano James Gray, *Paper Tiger*, centrado nas atribulações de uma família de uma certa classe média novaiorquina, em meados da década de 1980, e no seu inesperado envolvimento com a máfia russa. Num registo académico de *thriller*, a ação apresenta-se concebida para um desenlace “simbólico” que, como quase sempre acontece no cinema de Gray, parece antecipar os próprios acontecimentos. Pior um pouco é o filme sul-coreano *Hope*, de Na Hong-jin, um cruzamento aleatório entre policial e ficção científica, com as inevitáveis monstruosidades digitais, capaz de demonstrar que o gratuito de alguns espetáculos da Marvel tem rivais à altura.

Entretanto, vale a pena não esquecer *Garance*, de Jeanne Herry, filme francês cujos desequilíbrios estruturais não excluem um valor que, mais do que nunca, merece ser reconhecido e sublinhado. A saber: a importância decisiva do trabalho de atores e atrizes para a existência de um cinema capaz de nos mobilizar sem estar dependente de modas “espectaculares” ou exigências “patrióticas”.

O destaque vai, inevitavelmente, para Adèle Exarchopoulos, intérprete da personagem de *Garance*, uma atriz de teatro cujo dia a dia vai sendo lentamente destruído pela sua dependência do álcool — ela foi uma genuína revelação de Cannes, em 2013, através desse filme singular que é *A Vida de Adèle* (consagrado com a Palma de Ouro). Sem simplificar o processo de desagregação da personalidade através do álcool, e também sem o paternalismo grosseiro típico de muitos *talk shows* televisivos, o filme de Jeanne Herry, inclusive no seu toque de esperança, encena uma genuína aventura humana.



DN
Diário de Notícias

CLASSIFICADOS

PARA ANUNCIAR



800 241 241

Chamada gratuita



Torna-se público que, nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, atualizada, aplicada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, irá proceder-se à abertura, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP) OE202605/0919, de um procedimento concursal para provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de direção intermédia de 2.º Grau da Unidade Orgânica de Administração e Finanças (DAF).

Município da Chamusca,
18 de maio de 2026

O Presidente da Câmara Municipal
da Chamusca

Nuno Jorge Lino Mira

Procuo quarto privado, cozinha,
casa de banho, internet.
Alugar ao ano, 300 euros, Algarve.
938784876

Um presente único
para alguém especial:
a primeira página do **DN**
de um dia a recordar

Encomende em loja.dn.pt ou loja@dn.pt

Diário de Notícias
ContactCenter

emprego

PARA ANUNCIAR
800 241 241
CHAMADA GRATUITA

**ANUNCIAR
É FÁCIL**

CARTÓRIO NOTARIAL EM MONTEMOR-O-NOVO

NOTÁRIO: ANTÓNIO PAULO RAMOS XAVIER

Certifico narrativamente, para fins de publicação que, por escritura de hoje, lavrada de folhas noventa e um verso a folhas noventa e cinco verso do Livro de Notas para Escrituras Diversas número Duzentos e Noventa e Um - F, do Cartório do Notário António Paulo Ramos Xavier em Montemor-o-Novo, foi exarada uma escritura de JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL, na qual **Maria Manuela Rodrigues Castanheira Lobo**, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Lisboa, residente habitualmente na Urbanização Rotamar, Lote 55, povoação e freguesia de Altura, concelho de Castro Marim, contribuinte número 189700432 e **Maria das Neves Rodrigues Castanheira Lobo Ferreirinha Marques**, devidamente autorizada por seu marido, Vítor Carlos Mateus Ferreirinha Marques, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, residentes habitualmente na Rua Chaby Pinheiro, nº9, rés-do-chão direito, cidade e concelho de Lisboa, contribuintes números 188829369 e 155288830, prestaram as seguintes declarações:

Que, elas justificantes, são donas e legítimas possuidoras na proporção de metade para cada uma delas, do **prédio urbano**, destinado a habitação, composto de rés-do-chão, primeiro andar e logradouro, tipologia T-Três, com a área total de setenta e oito metros e setenta e cinco decímetros quadrados, sendo a área coberta de cinquenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados e descoberta de vinte e quatro metros e vinte cinco decímetros quadrados, sito na **Rua Vilhena Barbosa, número três de polícia**, em São Jorge de Arroios, atualmente **freguesia do Areeiro, cidade e concelho de Lisboa**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o número **mil cento e noventa e um de dia trinta de Março de mil novecentos e noventa e três**, ainda da freguesia de São Jorge de Arroios, aí registado pela apresentação dois mil cento e oito de dia nove de Dezembro de dois mil e dezanove, em comum e sem determinação de parte ou direito a favor delas primeiras outorgantes e aqui justificantes e de Sérgio de Oliveira Sequeira, viúvo, inscrito na matriz urbana respectiva sob o artigo 202.

Que, o referido prédio veio à posse delas primeiras outorgantes por partilha meramente verbal e por isso não reduzia a escrito, efetuada entre elas justificantes e o indicado Sérgio de Oliveira Sequeira, enquanto restante interessado, no dia dois de Julho de mil novecentos e oitenta e sete, tendo sido nessa data pagas as tornas devidas e dada a correspondente quitação, a que atribuíram o valor de quinze milhões de escudos, equivalente a setenta e quatro mil oitocentos e dezanove euros e sessenta e oito cêntimos.

Que, o acervo hereditário em causa era pertença de seus avós, Joaquim Ramos e mulher, Helena Mendes Rodrigues, casados que foram sob o regime da comunhão geral, os quais, mais tarde, acabaram por se divorciar, tendo pouco tempo depois falecido o indicado, Joaquim Ramos, pelo que lhe sucedeu sua única filha, Maria Helena Rodrigues Ramos, mãe das aqui justificantes.

Que, a referida Maria Helena Rodrigues Ramos, veio a casar com Duarte Manuel Castanheira Lobo, pai delas justificantes, sob o regime da comunhão geral, de quem posteriormente se divorciou, tendo, no entanto, com ele comungado o património que herdou de seu pai, Joaquim Ramos e entre outros bens, o imóvel objecto da presente justificação.

Que, o identificado pai das justificantes, Duarte Manuel Castanheira Lobo, veio a falecer no estado de divorciado, tendo-lhe sucedido como únicas herdeiras legítimas suas únicas filhas, as aqui justificantes.

Que, assim no universo de vinte e quatro/vinte e quatro avos indivisos, correspondente à totalidade do património hereditário dos indicados avós, Joaquim Ramos e Helena Mendes Rodrigues, metade era pertença de cada um, ou seja, doze vinte e quatro avos indivisos, pelo que a parte do ex-cônjuge varão, Joaquim Ramos foi atribuída por herança à filha deste, Maria Helena Rodrigues dos Ramos, à qual por via do seu casamento celebrado na comunhão geral foi subdividida por ela (seis vinte e quatro avos) e pelo então cônjuge, Duarte Manuel Castanheira Lobo (seis vinte e quatro avos), que por sua vez, também por herança este deixou a parte que lhe pertencia (seis vinte e quatro avos), a suas duas filhas - como se disse - as aqui justificantes, na igual proporção, isto é, três vinte e quatro avos indivisas para cada uma.

Que, porém a indicada, Maria Helena Rodrigues dos Ramos, veio a casar uma segunda vez, sob o regime da comunhão de adquiridos, com o mencionado Sérgio de Oliveira Sequeira, casamento este que durou apenas dois anos e meio, tendo sido dissolvido em virtude do decesso do cônjuge mulher, mãe das justificantes, pelo que se sucederam as duas filhas, Maria Manuela e Maria das Neves e ainda o cônjuge sobrevivo, o sempre falado, Sérgio de Oliveira Sequeira.

Que, deste modo a parte que a falecida, Maria Helena Rodrigues Ramos detinha no referido acervo hereditário (seis vinte e quatro avos), foi subdividida em três partes iguais, tantas quantas os seus herdeiros legítimos, o cônjuge sobrevivo e as duas filhas, cabendo a cada um a proporção de dois vinte e quatro avos indivisos.

Que, mais tarde, a avó das justificantes, a mencionada Helena Mendes Rodrigues, que também usava o nome de Helena Mendes Rodrigues Ferreira, já viúva de um segundo casamento, veio igualmente a falecer sem deixar testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicas e universais herdeiras as suas duas netas, as aqui justificantes, pelo que a parte que a "de cuius" detinha no sempre falado acervo hereditário (doze vinte e quatro avos indivisos) ficou a pertença daquelas, na proporção de metade para cada uma, ou seja, seis vinte e quatro avos indivisos.

Que, tendo em conta o atrás referido, na partilha realizada, embora de forma verbal, com o restante interessado, Sérgio de Oliveira Sequeira, as agora justificantes tinham direito cada uma a onze vinte e quatro avos indivisos e este apenas e só a dois vinte e quatro avos indivisos.

Que, assim daquele valor atribuído de quinze milhões de escudos, coube a cada uma das aqui justificantes o igual valor de seis milhões oitocentos e setenta e cinco mil escudos e ao restante interessado a quantia de um milhão duzentos e cinquenta mil escudos, valor este que lhe foi pago em tornas, de acordo com o que tinha direito e ficando as aqui justificantes com a propriedade plena do imóvel, na proporção de metade para cada uma.

Sucedeu, porém, que o tempo foi passando e a formalização daquele ato - partilha - acima referida, não chegou a ser efetuada, embora tenha sido feita a tradição da coisa.

Que, após a realização da referida partilha de forma meramente verbal, elas justificantes, têm utilizado consecutivamente aquele imóvel, feito a sua conservação, procedendo à sua pintura anualmente, quer do seu interior quer do seu exterior, recuperando algumas das paredes interiores, fazendo reparações nas canalizações, bem como na instalação eléctrica do imóvel como se proprietárias plenas, efetivamente fossem, usufruindo o imóvel desde sempre, gozando todas as utilidades por ele proporcionadas com ânimo de quem exercita um direito próprio, de boa-fé, por ignorar usar direito alheio, pacificamente - por que adquirida e exercida sem qualquer violência, contínua - porque sem interrupções e publicamente - porque exercida à vista de todos e com possibilidade de ser conhecida por qualquer pessoa, sem a menor oposição de quem quer que seja - tendo durado mais de trinta e oito anos.

Que, dadas as circunstâncias da indicada posse, atrás enunciadas e em face do disposto nos artigos 1251º, 1255º, 1260º, 1261º, 1262º, 1263º, alínea a), 1287º, 1288º e 1296º, todos do Código Civil, elas justificantes adquiriram por USUCAPIAÇÃO, ou como ao tempo se denominava, por prescrição aquisitiva, com efeitos retroactivos à data de dois de Julho de mil novecentos e oitenta e sete, o direito de propriedade sobre o prédio atrás identificado - usucapião essa que não é susceptível de ser comprovada pelos meios extrajudiciais normais, impossibilitando-as, assim e por natureza, de serem reconhecido o seu direito de propriedade perfeita.

Montemor-o-Novo, onze de Maio de dois mil e vinte seis

O Notário,

Conta Registada sob o nº. 1237 ---
Factura/Recibo FAC:2026FAC001/1176 ---

PRR. Portugal vai receber mais 2,3 mil milhões

ECONOMIA Nono pedido de pagamento foi apresentado a Bruxelas, que aprovou a última revisão ao plano.

Portugal vai receber 2.321 milhões de euros com a validação do nono pedido de pagamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que foi ontem apresentado a Bruxelas, indicou o Ministério da Economia.

Dos mais de 2,3 mil milhões de euros (valor líquido de pré-financiamento) que Portugal vai receber, 1.859 milhões dizem respeito a subvenções e 462 milhões serão sob a forma de empréstimos, detalhou, em comunicado, o ministério liderado por Castro Almeida.

Com este valor, os pagamentos recebidos vão corresponder a 78% da dotação aprovada. “A Comissão Europeia aprovou a última alteração que apresentámos ao PRR em 31 de março, com cerca de 18 diferenças”, afirmou Castro Almeida, na conferência PTRR: Um novo ciclo de investimento, em Lisboa.



Castro Almeida, ministro da Economia e da Coesão Territorial.

O governante sublinhou que o plano “vai acabar bem e está a correr bem”, apesar de admitir que começou com um atraso. Com o nono pedido de pagamento, a execução do plano vai passar de cerca de 61% para 75%. De acordo com a nota divulgada pelo Ministério da

Economia, o nono pedido de pagamento integra 51 marcos e metas em áreas como respostas sociais, inovação empresarial, qualificação, transição digital, sustentabilidade, competitividade e eficiência da Administração Pública.

DN/LUSA

Filipe Alves é o novo diretor-geral editorial da Global Media

DECISÃO O jornalista assume a responsabilidade pela estratégia editorial do grupo nos suportes em papel, online e multimedia, bem como pela área de conferências e eventos editoriais.

O diretor do Diário de Notícias, Filipe Alves, é o novo diretor-geral editorial da Global Media, anunciou esta segunda-feira, 18 de maio, a administração do grupo, num comunicado interno.

De acordo com o comunicado, enquanto diretor-geral,

Filipe Alves assume a responsabilidade pela estratégia editorial do grupo nos suportes em papel, online e multimedia, bem como pela área de conferências e eventos editoriais.

Além do Diário de Notícias, o grupo Global Media é pro-

prietário das marcas Dinheiro Vivo, DN Brasil e Motor24, bem como das edições portuguesas das revistas Men's Health e Women's Health. Detém ainda, através da subsidiária Açormedia, o Açoriano Oriental, o jornal mais antigo do país.



‘Brainstorming’
Margarida
Vaqueiro Lopes

Sabem porque é que as regras existem?

Passadeiras, sinais vermelhos, faixas de bus, placas indicativas de entradas prioritárias ou somente para animais, sinais de acesso proibido. Sinaléticas que identifica casas de banho ou balneários femininos ou masculinos, sentidos proibidos e sentidos obrigatórios. Sinais de ‘fechado’ para revelar que um estabelecimento está encerrado ou uma porta aberta para dizer que se pode entrar e a proibição de usar telemóveis enquanto se conduz. Parece simples e básico o que estou a dizer, verdade? No entanto, o que é que sabemos? Que 57% dos atropelamentos, em Portugal, ocorrem fora das passadeiras. Ou que perto de 32% dos acidentes em auto-estrada acontecem porque os condutores estão a utilizar o telemóvel. Isto para usar apenas dois exemplos de duas regras tão simples cujo incumprimento leva a consequências significativas.

As regras existem, nas sociedades, para tornar a vida de todos nós mais fácil. Existem passadeiras por segurança dos peões; existem faixas exclusivas de autocarros porque isso ajuda os transportes públicos a serem mais eficientes; existem cores nos ecopontos para que a reciclagem seja feita mais facilmente; existem filas nos supermercados para que todos saíamos de lá mais rápidos. Se todos nós cumprirmos as regras, a sociedade funciona de forma mais fluida: há menos acidentes, menos trânsito, zangamo-nos menos no supermercado, chegamos a horas se formos de autocarro... consegue entender a ideia? As regras são aborrecidas? Às vezes. E nem sempre são justas. Mas elas não foram feitas para nos chatear, embora às vezes pareça que sim. Foram desenhadas – bem ou mal – para que o mundo seja, também, mais justo. Daí que não consiga deixar de me espantar com aquilo a que assisto

diariamente, que é a um claro aumento de desrespeito pelas regras e pelos mais básicos princípios da boa convivência e educação numa sociedade que se diz evoluída. Mas repare-se: quando estamos a desrespeitar as regras, não estamos a desrespeitar essa entidade superior e abstrata – ‘regras’. Estamos a desrespeitar todos aqueles à nossa volta. Quando passa um sinal vermelho, está a desrespeitar os outros condutores e os peões, que se regem pelas mesmas regras e agem em conformidade; quando fura uma fila no supermercado, está a desrespeitar os outros clientes que estavam lá antes de si; quando deixa um carro estacionado em segunda fila, pode estar a impedir que alguém receba ajuda urgente se por aquele lugar precisar de passar uma ambulância; quando usa o telemóvel enquanto conduz, está a aumentar em quatro vezes a possibilidade de ter um acidente que pode magoá-lo a si e a outros – está a desrespeitar a sua vida. Todas as escolhas que faz têm consequências concretas e, muitas vezes, muito sérias não apenas para si mas para quem vive à sua volta. Fazemos, no mundo ocidental, publicações (e às vezes notícia!), por que o público japonês, quando participa num evento, leva consigo o lixo – a regra, que geralmente está em todos os lugares, diz para as pessoas levarem consigo tudo o que trouxeram. O facto de nós ignorarmos as regras e aplaudirmos outros povos (como os do norte da Europa) porque as cumprem, mostra bem o nível de dissociação cognitiva que andamos a viver. Ao invés de nos espantarmos porque alguém cumpre as regras, talvez devêssemos todos tentar fazer o mesmo todos os dias. Desconfio de que nos iríamos espantar com o resultado.

Editora-executiva do Diário de Notícias



Conselho de Administração Luis Figueiredo de Barbedo Trindade (Presidente), Kevin King Lun Ho, Vitor Manuel Almeida Santos de Menezes e António Manuel Mendes Ferreira
Direção Filipe Alves (Diretor), Leonício Paulo Ferreira e Nuno Vinha (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** Pedro Vilela **Propriedade** Global Noticias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Sede: Rua Tomás da Fonseca, Torre E -3º Andar 1600-209 Lisboa **Redação:** Rua Mouzinho da Silveira, 27, 2.º - 1250-166 Lisboa Tel.: 213876679 **Recursos Humanos** Ricardo Ferro **Controller** António Ribeiro da Cunha **Direção Comercial** Daniel Barata, Pedro de Almeida Lima (Coordenador) **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. - 41,51%, KNJ Global Holdings Limited - 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro - 20,40%, Grandes Notícias, Lda. - 8,74% **Impressão** Naveprinter (EN, 14 km 705) - Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP, Registo na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E-mail: apoiocliente@dn.pt

